

ANO 57
233
Abril 2010

— FIEG —
— SESI —
— SENAI —
— IEL —
— ICO BRASIL —

— Sistema —
FIEG —

GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das
Indústrias do Estado de Goiás



ENTREVISTA

José Pastore defende a criação de um
“Simples Trabalhista”, com reforma também
da Justiça do Trabalho

UMA CHANCE AO MEIO AMBIENTE

INDÚSTRIA PREPARA SEGUNDA VERSÃO DE SUA AGENDA
AMBIENTAL, COM PROPOSTAS PARA CONCILIAR
— DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PRESERVAÇÃO, RUMO A
UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

QUEM PASSOU PELA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SENAI É QUE ESTÁ DIZENDO:



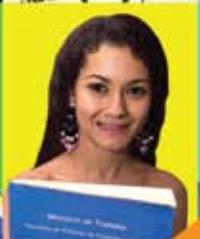
o Senai
ensina
pra valer!



58 anos de
tradição em educação
profissional!



a gente parte
para uma profissão
de futuro.



mais de 80% de
alunos no mundo
do trabalho!



- Aprendizagem Industrial Gratuita
 - Cursos Técnicos
- Inscrições até 11/06/2010



FIEG SENAI

4002-6213 - Goiânia
0800 642 1313 - demais localidades
www.senaigo.com.br



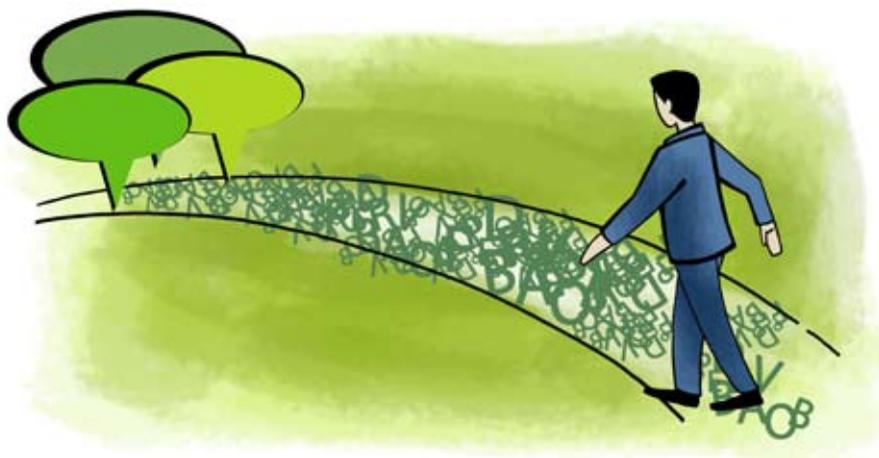
“O debate ambiental com o engajamento da indústria evoluiu, gerando nova oportunidade de revisão da agenda privada”

Paulo Afonso Ferreira
paulofonso@sistemafieg.org.br

O diálogo é o caminho

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as federações das indústrias buscam, no País inteiro, definir normas capazes de garantir o desenvolvimento industrial sustentável. Primeiro, em diálogo aberto com todos os interessados, em conferências regionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), quatro temas são discutidos: biodiversidade e florestas, gestão ambiental, mudança do clima e responsabilidade ambiental compartilhada. As conclusões movimentarão, de 19 a 21 de maio, em Salvador, na Bahia, a 2ª Conferência da Indústria Brasileira para o Meio Ambiente (Cibma), patrocinada pela federação baiana. Nela, estarão representados 1.250 sindicatos setoriais e quase 350 mil empresas, filiados a 27 federações de igual número de unidades federativas deste País.

Sua primeira edição, em 2007, pode ser considerada um marco histórico, devido aos notórios avanços e contribuições da indústria às políticas ambientais. Passados três anos, o debate ambiental com o engajamento da indústria evoluiu, gerando nova oportunidade de revisão da agenda privada de meio ambiente e consolidando a disposição desse importante setor produtivo de, em mais uma discussão franca de políticas ambientais e de preservação dos recursos hídricos, fortalecer sua parceria com o poder público e a sociedade civil. A indústria pretende participar de forma mais ativa desse debate e defende a criação de indicadores de eficiência na captação, no uso, na armazenagem e na devolução da água, o que contempla o reuso desse recurso como



instrumento valioso para a gestão ambiental das empresas.

No que diz respeito à revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o setor industrial pretende a descentralização do poder decisório no âmbito do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e cobra maior rigor na implementação do plano. A ideia é dar transparência e eficiência à aplicação dos recursos financeiros que lhe são destinados. Por lei, o fruto da cobrança pelo uso da água deve ser aplicado na própria bacia hidrográfica, livre de constrangimentos. Os resultados do esforço conjunto da indústria brasileira, desenvolvido na 2ª Cibma, serão apresentados ao público no dia 1º de junho próximo, em Brasília, e oferecidos especialmente aos candidatos a Presidência da República no pleito deste ano, como sugestões para seus programas. Em Goiás, igualmente, o diálogo foi a chave

que abriu as portas para o entendimento entre representantes da indústria e gestores ambientais, praticamente impossível há uma década, quando as divergências eram muitas. Ciente disso, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás criou o seu Conselho Temático de Meio Ambiente, composto por empresários e executivos industriais. Inicialmente presidido pelo companheiro Segundo Braoios Martinez e, depois, pelo presidente também do Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás, Henrique Morg de Andrade, os resultados têm sido os mais positivos, sempre baseados no diálogo e agregando parceiros. Exemplo disso é o programa de implantação de florestas com fins energéticos, numa época de excepcional demanda por madeira para fins industriais, concretizado, no ano passado, entre o governo estadual e a Fieg.



CAPA

26 O setor industrial espera concluir em maio, durante a 2ª Conferência da Indústria Brasileira para o Meio Ambiente (Cibma), em Salvador, a nova versão de sua agenda ambiental, contemplando propostas que buscam fazer o casamento entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. O amplo conjunto de propostas, que será endereçado aos candidatos às eleições de outubro deste ano, foi debatido em abril, durante reunião realizada na sede da Fieg (foto), em abril.

ENTREVISTA

8 Especialista em assuntos trabalhistas, consultor e professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), José Pastore critica os excessos da legislação trabalhista e propõe uma espécie de “Simples Trabalhista”, para descomplicar o sistema e agregar maior competitividade à economia.

IEL GOIÁS

34 Aos 40 anos, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), integrante do Sistema Fieg, comemora os bons resultados acumulados ao longo de sua trajetória. Desde 1970, o IEL Goiás tem feito parcerias, desenvolvido projetos estratégicos e inovado na oferta de produtos e serviços para responder às necessidades do setor produtivo goiano.

APL MOVELEIRO

12 Executado pelo Senai Goiás desde 2005, o programa Arranjo Produtivo Local (APL) de Móveis de Valparaíso de Goiás venceu obstáculos e avança na capacitação de marceneiros e na consolidação da cooperativa local. Neste ano, a associação entre fabricantes de móveis trouxe os primeiros negócios, com a assinatura de dois contratos cujo valor somado se aproxima dos R\$ 2 milhões.



índice

SESI SENAI

19 e 22 Responsável por metade dos mais de 2 bilhões de litros de etanol produzidos pelo Estado, com 15 usinas em operação, a região Sudoeste do Estado conquista espaço cada vez mais amplo na economia, exigindo maior atenção na formação e capacitação de mão de obra. Atentos à nova realidade, o Sesi e o Senai incrementam ações sociais e de educação profissional para o segmento.

CESTAS DE ALIMENTOS

25 Empresas goianas do setor de cestas de alimentos e similares, a exemplo da Cerrado Alimentos e da GA Brasil Gêneros Alimentícios, passam a recorrer à certificação como forma de aumentar o volume de negócios, alcançar maior visibilidade e reconhecimento dos clientes.

INFRAESTRUTURA

15 O Conselho Temático de Infraestrutura (Coinfra) da Fieg acelera seus esforços para encontrar soluções que desobstruam o caminho para a consolidação da retomada econômica no Estado. Até dezembro, o calendário estabelecido pelo Coinfra prevê encontros de trabalho com órgãos e representantes do poder público estadual e federal para debater temas relacionados à infraestrutura.

GOIÁS 2020

17 O projeto Goiás 2020 – Indústria Rumo ao Futuro, que vai contemplar o mapa estratégico da indústria goiana, sistema de gestão que pretende promover o fortalecimento do segmento até 2020, tornando-o mais competitivo e sustentável, deverá ser concluído em maio e apresentado ao público em junho.

POLO CALÇADISTA

14 Governo do Estado promete iniciar a construção de um galpão para formação e capacitação de pessoal para o polo industrial de Goianira, onde operam 25 empresas, a maioria do setor calçadista. “O Senai Goiás já tem as máquinas e o Sebrae dispõe dos recursos para financiar a instalação da unidade”, afirma o presidente do Sindicalce, Flávio Ferrari (foto).



MISSÃO À CHINA

40 As possibilidades de expansão da produção de grãos em Goiás atraem atenções de empresas estatais e privadas da China, coincidindo com o apetite aparentemente inesgotável dos chineses por matérias-primas e alimentos.

MINERAÇÃO

41 Em levantamento preliminar conduzido pela Câmara Setorial de Mineração da Fieg (Casmin), o segmento programa investimentos superiores a US\$ 2,5 bilhões para o período entre 2010 e 2014, num crescimento de 79% em relação aos valores investidos nos cinco anos anteriores.

GOIAS INDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Geraldo Neto

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Pereira, Célia Oliveira,
Jávier Godinho e Débora Orsida

Colaboração

Welington da Silva Vieira

Fotografia:

Sílvia Simões

Capa e ilustrações

Willian Fernando

Projeto gráfico

Wesley Cesar

Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing

Rua S-6 nº 129, Sala 01,

Setor Bela Vista

(62) 3242-9095

www.clarimcomunica.com.br

contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade

Superintendência da Fieg

(62) 3219-1470

(62) 3219-1720

Fotolito e impressão

Gráfica Kelps

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente:

Paulo Afonso Ferreira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300
Fax (62) 3229-2975

Home page:

www.sistemafieg.org.br

E-mail

fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Presidente:

Waldyr O'Dwyer

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565

E-mail:

nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria
Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi
Diretor: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil
Diretor: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos

Diretoria da FIEG

Presidente

Paulo Afonso Ferreira

1º vice-presidente

Pedro Alves de Oliveira

2º vice-presidente

Wilson de Oliveira

3º vice-presidente

Ivan da Glória Teixeira

1º secretário

Hélio Naves

2º secretário

Luiz Gonzaga de Almeida

1º tesoureiro

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º tesoureiro

Antônio de Sousa Almeida

Diretores

César Helou

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Marley Antônio da Rocha

Joviano Teixeira Jardim

Frederico Martins Evangelista

Jorge Luiz Biasuz Meister

Aluísio Quintanilha de Barros

João Essado

Flávio Paiva Ferrari

Eduardo Cunha Zuppani

Laerte Simão

Luiz Antônio Vessani

José Vieira Gomide Júnior

Carlos Alberto Vieira Soares

Fábio Rassi

Sávio Cruvinel Câmara

José Luiz Martin Abuli

Eurípedes Felizardo Nunes

Aldrovan D. de Castro Júnior

José Magno Pato

Domingos Vilefort Orzil

Roberto Guimarães Mendes

Raimundo Viana Dutra

Carlos Alberto Diniz

Humberto Rodrigues de oliveira

Mário Renato G. de Azeredo

Conselho Fiscal

Waldyr O'Dwyer

Daniel Viana

Heno Jácomo Perillo

Conselho de representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira

Sandro Antônio Scodro Mabel

Conselho de

representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior

Álvaro Otávio Dantas Maia

Ananias Justino Jaime

Aurelino Antônio dos Santos

Carlos Alberto Diniz

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos José de Moura Júnior

Carlos Queiroz de Paula e Silva

Carlos Roberto Viana

Cyro Miranda Gifford Júnior

Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Cunha Zuppani

Eduardo Gonçalves

Eduardo José de Farias

Ermani Martins Almeida

Eurípedes Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Flávio Paiva Ferrari

Francisco Gonzaga Pontes

Francisco de Paula e Silva

Henrique Wilhem Morg de Andrade

Hermínio Pometto Neto

Hélio Naves

Heno Jácomo Perillo

Jaime Canedo

Jair Rizzi

Jairo França

João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima

Jorcelino José Nunes Neto

José Alves Pereira

José Antônio Vitti

José Divino Arruda

José Francisco de Souza

José Luiz Martin Abuli

José Magno Pato

José Vieira Gomide Júnior

Laerte Simão

Leonardo Jayme de Arimatéa

Leopoldo Moreira Neto

Luiz Carlos de Moura

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Ledra

Luiz Rézio

Manoel Paulino Barbosa

Mário Drummond Diniz

Marley Antônio Rocha

Moacyr Rabello Leite Neto

Orizomar Araújo de Siqueira

Paulo Afonso Ferreira

Pedro Alves de Oliveira

Pedro Daniel Bittar

Pedro de Souza Cunha Júnior

Roberto Elias de Lima Fernandes

Robson Peixoto Braga

Rubens Luiz Bernardes

Rodolfo Luis Xavier Vergílio

Sandro Antônio Scodro Mabel

Sávio Cruvinel Câmara

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wellington Soares Carrijo

Wilson de Oliveira

Conselho Temáticos

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Presidente

Ivan da Glória Teixeira
Vice-Presidente
Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Meio Ambiente Presidente

Henrique W. Morg de Andrade
Vice-Presidente
Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático de Infraestrutura Presidente

Roberto Elias de Lima Fernandes
Vice-Presidente
Célio de Oliveira

Conselho Temático de Política Econômica Presidente

Marley Antônio Rocha
Vice-Presidente
Beyle de Abreu Freitas

Conselho Temático de Relações do Trabalho Presidente

Orizomar Araújo de Siqueira
Vice-Presidente
Ricardo Roriz

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa Presidente

Humberto Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente
Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de Responsabilidade Social Presidente

Antônio de Sousa Almeida
Vice-Presidente
Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Agronegócios Presidente

André Luiz Baptista Lins Rocha
Vice-Presidente
Rodrigo Penna Siqueira

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais Presidente

Heribaldo Egídio
Vice-Presidente
Igor Montenegro Celestino Otto

Conselho Temático Fieg Jovem Presidente

Alexandre Costa
Vice-Presidente
Marduk Duarte

Rede Metrológica Goiás Presidente

Heribaldo Egídio

Câmara Setorial de Mineração Presidente

Luiz Antônio Vessani

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SIIEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Orlando Alves Carneiro Júnior
Fone (62) 3212-6092
Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515
Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473
Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Ermani Martins de Almeida
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Moacyr Rabello Leite Neto
Fone/Fax (62) 3223-6667
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Flávio Ferrari
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia- GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3613-4810

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Aurelino Antônio dos Santos
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone/Fax: (62) 3212-3970
sindicurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua I. 137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia- GO
Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177 contato@sinduscongoias.com.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: Ananias Justino Jaime
Fone (62) 3212-1135
Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 3224-0422
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
Presidente: José Francisco de Souza
Fone (62) 3224-0121
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Manoel Paulino Barbosa
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa
Fone (62) 3223-9703
sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calciário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3213-0378
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Luiz Ledra
Fone (62) 3224-0456/
Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
Fone (62) 3212-3794/
Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFACÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

Anápolis

**Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis-GO
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3311-5565
sind.industria@terra.com.br**

SIAA

Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias de Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Álvaro Otávio Dantas Maia

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Marçal Henrique Soares

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Robson Peixoto Braga

SINDICER

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Henrique Wilhelm Morg Andrade

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: Jair Rizzi

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 35 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

“Nem o passado é previsível”

■ *Lauro Veiga Filho*

A proposta de reforma trabalhista defendida por José Pastore, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e doutor em Ciências pela Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, inclui necessariamente uma reestruturação do sistema jurídico nessa área. “Além das despesas diretas e impostas pela legislação trabalhista, há vários custos indiretos que se referem aos passivos trabalhistas decorrentes de ações judiciais e mudanças de interpretações das leis e da própria jurisprudência”, diz ele. Pastore defende uma espécie de “Simple Trabalhista”, que incluiria a simplificação da legislação e a adoção de normas que tornem o sistema mais estável e impeçam que decisões na área judicial possam retroagir no tempo, criando passivos inesperados. Como está, completa ele, “nem o passado é previsível.”

Goiás Industrial – Em sua visão, quais são os pontos mais críticos da legislação trabalhista em vigor e de que forma afetam o desempenho da economia de forma geral e, em particular, a indústria?

José Pastore – Nossa legislação é demasiadamente burocratizada, impõe despesas elevadas para contratar e descontratar (*ver tabela à frente*) e dá pouca proteção aos trabalhadores, pois mais da metade está na informalidade. Isso tudo reduz a competitividade de nossa economia, em particular da indústria. Se tivéssemos barreiras mais abertas para importar, o Brasil estaria alagado de bens e serviços de boa qualidade e de menor preço. No comércio exterior, já estamos perdendo posições para os países asiáticos, do leste europeu e da América Central. Isso não é bom para gerar mais empregos.

Goiás Industrial – De que forma essa legislação tem contribuído para estimular um clima de “insegurança jurídica” entre as

empresas?

José Pastore – O Brasil possui um contexto normativo extremamente detalhado (*ver tabela à frente*), que é composto de dispositivos constitucionais, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de leis esparsas, convenções internacionais ratificadas e diretrizes jurisprudenciais. Essa enorme parafernália gera grande insegurança jurídica. São passivos importantes. Os passivos são de dois tipos: visíveis e ocultos. Os dois são fontes de grande insegurança jurídica. Um passivo é considerado visível quando uma ação é proposta contra a empresa por eventual descumprimento da legislação. A empresa sabe que tem de se preparar para eventual condenação. O seu valor, porém, só é conhecido em definitivo depois de vários anos e de demorados procedimentos judiciais, o que mantém a empresa em situação de incerteza. O passivo oculto é ainda mais grave, pois surge inesperadamente da mudança de entendimento dos dispositivos legais. Por exemplo, as empresas que negociaram com o respecti-

“A nossa legislação é demasiadamente burocratizada, impõe despesas elevadas para contratar e descontratar e dá pouca proteção aos trabalhadores”



“Se fosse possível gerar empregos por lei, não haveria desemprego no mundo. Nesse sentido, a PEC 231 é, no mínimo, irrealista, para não dizer, populista”

vo sindicato laboral e reduziram o intervalo de refeição de 60 para 30 minutos, em troca do término da jornada diária meia hora antes, e que seguiram as normas da Portaria 42/07 do Ministério do Trabalho e Emprego, viram o acordo anulado por força de várias manifestações do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Consequência: as empresas foram condenadas a pagar as horas (extras) decorrentes da redução do intervalo com multas, juros e correção monetária. No caso do FGTS, onde se descobriu déficit antigo, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no ano 2000 acabou por exigir a criação de adicional retroativo de 0,5% na alíquota, bem como acréscimo de 10% na respectiva indenização, o que foi normatizado pela Lei Complementar 110/01. A fixação desses adicionais decorreu do reconhecimento por parte do Poder Judiciário de que os saldos das contas vinculadas do FGTS foram corrigidos a menor na

Despesas de Contratação no Brasil

(Indústria - Horistas)	% sobre o salário
Tipos de Despesas	
Grupo A – Obrigações Sociais	
Previdência Social	20,00
FGTS	8,00
Salário Educação	2,50
Acidentes do Trabalho (m)	2,00
Sesi/Sesc/Sest	1,50
Senai/Senac/Senat	1,00
Sebrae	0,60
Incra	0,20
Subtotal A	35,80
Grupo B –Tempo não trabalhado I	
Repouso semanal	18,91
Férias	9,45
Abono de férias	3,64
Feriados	4,36
Aviso Prévio	1,32
Auxílio enfermidade	0,55
Subtotal B	38,23
Grupo C –Tempo não trabalhado II	
13º Salário	10,91
Despesa Rescisão contratual – 50% FGTS	2,94
Subtotal C	13,85
Grupo D – Incidências Cumulativas	
Incidência cumulativa Grupo A/Grupo B	13,68
Incidência do FGTS sobre 13º salário	0,87
Subtotal D	14,55
TOTAL GERAL	102,43

Fonte: Itens da Constituição Federal e CLT. Atualizada em 30-07-08

“O Brasil precisa sair da atual camisa de força da CLT e reduzir a burocracia e as despesas de contratação”

implementação dos Planos Verão e Collor I, o que teria aumentado o passivo daquele fundo em cerca de R\$ 42 bilhões. Este acréscimo vem sendo pago até os dias atuais, apesar de o referido déficit ter sido inteiramente liquidado. Como se vê, as despesas geradas nesses casos têm efeito retroativo. É assim mesmo: na área trabalhista, nem o passado é previsível.

Goiás Industrial – Considerando-se a experiência internacional nessa área, qual deveria ser o desenho de uma legislação trabalhista mais adequada a uma economia como a brasileira, que ainda precisa assegurar proteção para milhões de trabalhadores excluídos ou sem a devida proteção e que tem, acima de tudo, de continuar gerando empregos?

José Pastore – Um sistema de mais negociação e menos legislação. A negociação permite fazer ajustes finos, o que não dá para fazer pela lei. Isso é fundamental, para ajustamentos constantes e requeridos pela concorrência.

Goiás Industrial – Em vários artigos, o professor cita a possibilidade de simplificar as leis

trabalhistas e a CLT, sem que isso exija “grandes reformas”, o que, em tese, poderia ser feito sem os mesmos problemas políticos que uma reforma mais ampla certamente criaria. Nessa linha, quais são as principais medidas ao alcance para corrigir distorções e excessos da legislação? O sr. poderia detalhar um pouco mais sua proposta de criação de uma espécie de “Simple Trabalhista”?

José Pastore – O Brasil precisa sair da atual camisa de força da CLT e reduzir a burocracia e as despesas de contratação. Isso requer a formulação de políticas de longo prazo e que respeitem os direitos adquiridos. Trata-se de estabelecer um processo de mudanças baseado em trocas que atendam aos trabalhadores, às empresas e às finanças públicas, o que já deveria ter sido feito há muito tempo. Essa parece ser a trajetória a seguir no campo trabalhista. As mudanças têm mais aceitação quando são propostas para entrar em vigor no futuro e quando são acompanhadas de trocas que compensem os benefícios existentes. Medidas desse tipo têm mais chance de vingarem no início dos mandatos quando o capital político dos governantes é alto. No caso, 2011 é um ano alvissareiro. Mas, as propostas precisam ser apresentadas e aprovadas com presteza, antes que se esgote o referido capital. As mudanças se fazem necessárias não apenas no campo legislativo, mas também no judicial. Sim, porque além das des-

pesas diretas e impostas pela legislação trabalhista, há vários custos indiretos que se referem aos passivos trabalhistas decorrentes de ações judiciais e mudanças de interpretações das leis e da própria jurisprudência.

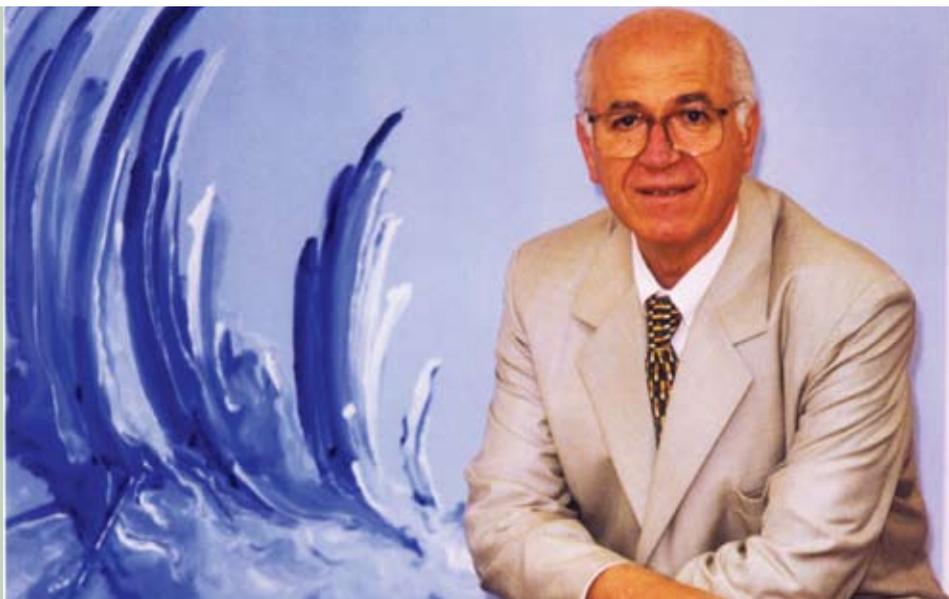
Goiás Industrial – O Congresso vem discutindo proposta de emenda constitucional que reduz a jornada de trabalho legal para 40 horas no País. Como o sr. avalia essa proposta e que efeitos ela poderá trazer para a economia e, mais uma vez, para o setor industrial? O que a experiência de outros países sugere nesse campo? O que mostram os números oficiais do IBGE sobre a distribuição dos trabalhadores por total de horas trabalhadas ao longo do tempo?

José Pastore – A Câmara dos Deputados examina a ideia de criar empregos por meio da redução da jornada legal de trabalho, manutenção do salário e elevação do valor da hora extra. Teoricamente, tais medidas gerariam 2,3 milhões de empregos adicionais. Não existe na literatura nenhum caso de geração de emprego pela via dessas medidas. Isso porque

“O passivo (trabalhista) oculto é ainda mais grave, pois surge inesperadamente da mudança de entendimento dos dispositivos legais”

esse expediente aumenta o custo do trabalho e afeta o custo da produção, o que leva as empresas a tomar providências bastante conhecidas. Algumas intensificam o trabalho de seu quadro de pessoal (o que é estressante). Outras mecanizam mais a produção (o que dispensa empregados). Há ainda as que reduzem a produção (o que é ruim para os consumidores) ou repassam o aumento de custos aos preços (o que reduz o poder de compra dos empregados). Em nenhum desses casos há criação de empregos. Nos países avançados, as reduções são feitas por meio das negociações. A jornada legal é fixa e única, enquanto as jornadas praticadas são as mais variadas, algumas mais curtas, outras mais longas. Numa palavra, não há como impor (por lei) medida homogênea em uma realidade heterogênea. Pela via da negociação, sim, respeita-se a heterogeneidade como, aliás, já vem ocorrendo no Brasil. Vários setores já negociaram 40 horas por semana. Nesse caso, todos ganham. Convenhamos. Se fosse possível gerar empregos por lei, não haveria desemprego no mundo. Nesse sentido, a PEC 231 é, no mínimo, irrealista, para não dizer, populista.

Goiás Industrial – O sr. discute, em outro artigo, sobre alternativas para estabelecer mecanismos de proteção social às chamadas “novas formas de trabalhar.” De que forma esse debate tem sido encaminhado



“(O País precisa) de um sistema de mais negociação e menos legislação. A negociação permite fazer ajustes finos, o que não dá para fazer pela lei”

no Brasil e quais poderão ser esses novos mecanismos de proteção trabalhista?

José Pastore – Estamos na esta- ca zero. Nossa legislação ainda não contempla essas formas e o legisla-

dor não se anima a mudar porque acha que assim fazendo criará tra- balhadores de primeira e segunda clássica. É uma ilusão. Hoje em dia existe primeira e quinta classe – os desprotegidos.

Contexto normativo do trabalho no Brasil

Contexto normativo do trabalho no Brasil

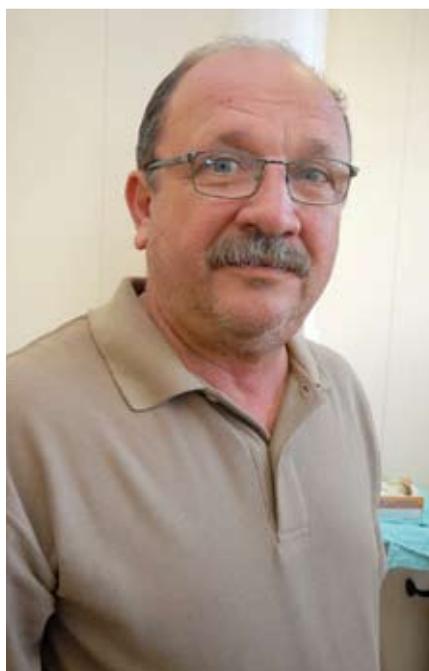
	Número
Normas reguladoras	
Constituição Federal	44
CLT (artigos)	922
Outras leis que afetam o trabalho	100
Convenções da OIT ratificadas	94

Normas jurisprudenciais do TST

Súmulas – total	422
Súmulas – vigentes	300
Orientação jurisprudencial – total	446
Orientações jurisprudencial – vigentes	278
Instruções normativas	28

Elaboração de Osmani Teixeira de Abreu

A APOSTA DE VALPARAÍSO



Gilberto Costa: investimentos de R\$ 130 mil em novas máquinas

Empresários e poder público demonstram confiança na consolidação do arranjo produtivo e na ampliação dos negócios

■ *Divina Rosa, de Valparaíso de Goiás*

O programa Arranjo Produtivo Local (APL) de Móveis, executado em Valparaíso de Goiás pelo Senai desde 2005, tem contribuído para maior engajamento e capacitação dos marceneiros da região. Apesar de alguns tropeços na consolidação da cooperativa de moveleiros, os empresários têm trabalhado de forma associativa.

A perspectiva de crescimento é grande e os negócios começam a deslanchar. Neste ano, a cooperativa fechou seu primeiro contrato, no valor de R\$ 248 mil, para confecção de macas, armários, mesas e portas

de um hospital de Brasília. O trabalho foi executado por três empresas pertencentes à Cooperativa do Polo Moveleiro de Valparaíso e Entorno (Coopomoval), presidida por Gilberto Reinaldo da Costa.

Mal terminaram a entrega e tiveram outra proposta aprovada em uma licitação para a execução de armários de quarto e cozinha para uma construtora, também de Brasília. O valor é de R\$ 1,7 milhão e quatro empresas atuarão juntas. Ainda está em negociação contrato complementar para a entrega de 1.536 portas para apartamentos. Para atender à demanda, as empresas investiram R\$ 130 mil em maquinários, segundo Costa.



Ritmo acelerado: móveis produzidos pelo APL em Valparaíso

O desafio da profissionalização

■ Executor do APL em Valparaíso de Goiás, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) realizou cursos nas áreas de marcenaria e serralheria, nos quais capacitou 246 pessoas. Além dos treinamentos, foram desenvolvidas assistências técnica e tecnológica voltadas para a comercialização, design de móveis, racionalização da produção às empresas dos dois segmentos, consultoria em gestão de custos, produção e comercialização para a cooperativa de moveleiros.

As empresas de serralheria também receberam a consultoria, com orientação quanto a ferramentas de gestão, materiais, melhoria da produção, com 160 horas de assistência técnica prestada.

Em 2005, teve início em Valparaíso de Goiás a primeira etapa do APL com foco no segmento de móveis. Em 2009, o município recebeu novos aportes para a realização de uma segunda etapa, abrangendo também o segmento de serralheria. Os recursos foram de R\$ 444 mil, advindos do Ministério da Integração Nacional, com contrapartida da prefeitura.

Novos investimentos a caminho

Uma grande expectativa dos marceneiros é a implantação, no município, do Polo Industrial Moveleiro. Em evento de entrega de certificados de cursos, em março, a prefeita de Valparaíso de Goiás, Leda Borges, anunciou a doação do terreno para a construção de um galpão que abrigará oficinas. O secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Carlos Henrique Menezes Sobral, e o deputado federal Marcelo Melo se comprometeram a desti-

nar R\$ 600 mil para as obras e mais R\$ 200 mil para novas etapas de capacitação dos moveleiros, por meio de emenda parlamentar.

“Queremos a participação dos moveleiros para a elaboração do projeto do galpão. Acreditamos que juntos, poder público municipal, federal, empresários e comunidade, vamos chegar ao nosso objetivo, que é fazer de Valparaíso de Goiás um município conhecido pelo seu forte polo moveleiro”, disse a prefeita Leda Borges.

A confiança na expansão do mercado também é compartilhada por Carlos Henrique, que avalia como bons os resultados alcançados pelo APL na cidade, o que motiva os novos investimentos no setor. “A excelente qualidade das peças aqui produzidas e a dedicação de todos nos dão a certeza do sucesso desse programa”, destacou.

A construção do galpão é uma reivindicação antiga, pois a maioria dos marceneiros não tem espaço nem maquinário adequado para trabalhar. “Teremos um espaço para o atendimento a grandes pedidos, onde a produção é maior. Agora mesmo, estamos alugando um galpão para produzir os pedidos da construtora”, explicou o presidente da Coopomoval.



Carlos Henrique Menezes Sobral,
secretário de Desenvolvimento do
Centro-Oeste

A cobrança da INDÚSTRIA

Setor reclama a construção de um centro de formação e qualificação de mão de obra para atender à demanda, aquecida pela retomada da economia



Mão de obra: oportunidade de treinamento para quase 400 empregados

Um grupo de 25 empresas, a maioria do setor calçadista e todas instaladas no polo industrial de Goianira, na Região Metropolitana de Goiânia, identificou a necessidade “primária” e “urgente” da implantação de cursos de qualificação de mão de obra para fazer frente à demanda, agora reforçada pela retomada do crescimento econômico.

“Encaramos a qualificação como algo muito mais amplo do que ensinar uma profissão. Trata-se, na verdade, de lidar com a cultura de uma comunidade. Há necessidade de reforçar o ensino básico e médio e da implantação de cursos de inglês, informática e outros, além da própria formação de pessoal”, avalia o presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás (Sindicalce), Flávio Ferrari.

Segundo ele, o Arranjo Produtivo Local de Calçados de Goiânia e Goianira tem sido contemplado por ações articuladas entre o Sesi e o Senai, em parceria com o Sebrae em Goiás, e dispõe de R\$ 5 milhões para providenciar a infraestrutura e os serviços necessários à instalação de um centro de formação de mão de obra no polo de Goianira.

Em resposta a ofício encaminhado pelo

Sindicalce, acrescenta Ferrari, o governador Alcides Rodrigues anunciou para abril o início da construção do galpão pela empresa Goiasindustrial, que responde pela administração de distritos industriais no Estado. “O Senai Goiás já tem as máquinas e o Sebrae dispõe dos recursos para financiar a instalação da unidade”, declara Ferrari.

A proposta é a construção de um galpão, que ganhará o nome do governador, numa homenagem do sindicato, com 1.500 metros quadrados de área, onde serão instalados equipamentos para capacitação e treinamento nas áreas de corte, costura, montagem e solamento de calçados, além de 18 salas para cursos teóricos, com previsão para 20 alunos em cada uma delas. Ferrari estima que os cursos práticos poderão receber 50 alunos por turno. A grade teórica deverá comportar, além de matérias profissionalizantes, cursos nas áreas financeira e administrativa, de qualidade total e de atendimento ao cliente, entre outras especialidades. “Estamos estudando, ainda, a possibilidade de abertura de cursos integrados nos segmentos de ensino fundamental e médio, numa parceria com o Sesi e Senai”, adianta Ferrari.

Perfil do setor

■ De acordo com dados do Sindicalce, a indústria de calçados reúne perto de 350 empresas em todo o Estado, gerando um total aproximado de 10 mil empregos diretos e indiretos. “Toda a cadeia será beneficiada por conta do APL”, projeta Flávio Ferrari, presidente do sindicato. As empresas de serralheria também receberam a consultoria, com orientação quanto a ferramentas de gestão, materiais, melhoria da produção, com 160 horas de assistência técnica prestada. Em 2005, teve início em Valparaíso de Goiás a primeira etapa do APL com foco no segmento de móveis. Em 2009, o município recebeu novos aportes para a realização de uma segunda etapa, abrangendo também o segmento de serralheria. Os recursos foram de R\$ 444 mil, advindos do Ministério da Integração Nacional, com contrapartida da prefeitura.

ENFRENTANDO gargalos

Conselho temático da Fieg acelera articulações em busca de solução para os graves problemas de logística de transporte e de energia no Estado



A produção industrial goiana demonstra vigor renovado depois das turbulências colhidas ao longo dos primeiros meses do ano passado e emplaca salto próximo a 26% no primeiro bimestre de 2010, acima da variação média de 17,2%, apontada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a indústria brasileira como um todo. Os dados parecem indicar que a economia goiana inicia um ciclo virtuoso de crescimento, lastreado no avanço recorde do emprego formal com consequente expansão da renda e do consumo, levando a novo aumento da produção.

Esse ciclo pode estar ameaçado, no entanto, pelos gargalos que o Estado enfrenta no setor de infraestrutura, com destaque para os segmentos de transporte e energia. O Conselho Temático de Infraestrutura (Coinfra) da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) tem incrementado seus esforços, neste ano, para encontrar soluções que desobstruam o caminho para a consolidação da retomada econômica no Estado. Até dezembro,

o calendário estabelecido pelo Coinfra prevê encontros de trabalho com órgãos e representantes do poder público estadual e federal para debater temas relacionados à infraestrutura.

Em junho, de acordo com a programação inicial do Coinfra, está prevista a participação do ministro da Defesa, Nelson Jobim, para tratar, entre outros assuntos, da polêmica obra de construção do novo aeroporto de Goiânia, paralisada desde 2006 sob suspeita de superfaturamento. O conselho pretende ainda articular encontro com a Eletrobrás para discutir o cenário futuro para a oferta de energia no Estado e cobrar definição sobre a situação da Celg.

Em março, o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte em Goiás (Dnit/GO), Alfredo Soubihe Neto, falou sobre as principais obras estruturantes em execução ou previstas para Goiás. Ele lembrou que, durante sua gestão, foram elaborados 52 projetos para o Estado e 33 foram incluídos no Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC).

Bancado pelo setor privado e concluído em seis meses, apontou Soubihe, o projeto de duplicação do trecho de 268 quilômetros entre Abadia de Goiás e Rio Verde da BR-060 será a segunda maior obra em execução no País em sua categoria, com custo estimado em R\$ 1,4 bilhão. Segundo ele, as licitações já foram realizadas, assegurando-se participação de empresas goianas. Emsa, Egesa, Construmil, Delta, Tria e a construtora Queiroz Galvão foram as vencedoras e a previsão é de que a duplicação esteja concluída em dois anos.

Soubihe informou ainda que o novo viaduto será implantado no Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia), com obras a cargo da Emsa e Loctec, num valor previsto em R\$ 20 milhões e início programado ainda para este semestre. Também no primeiro semestre deste ano, prosseguiu o superintendente, está prevista a realização de novas licitações para a conclusão das obras na BR-153, entre Goiânia e a divisa com Minas Gerais.

Entre avanços e retrocessos

Setor industrial deslança ofensiva para contribuir na implementação de metas de desenvolvimento até 2025

A indústria goiana está fortemente engajada nos fóruns que debatem caminhos mais sustentáveis para a economia, participando, entre outras iniciativas, do comitê gestor do movimento Nós Podemos Goiás, criado no ano passado para contribuir com a implementação, no Brasil e no Estado, das metas de desenvolvimento do milênio fixadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Estão representados no comitê, além dos conselhos tutelares da criança e do adolescente, o Sistema Fieg, o Sinduscon-GO, Acieg, Universidade Federal de Goiás, prefeituras e outras instituições e empresas.

Segundo o quarto relatório nacional de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), divulgado pelo Pnud no final de março, o País colhe avanços em algumas áreas, demonstra lentidão excessiva em outras e, ainda, alguns retrocessos. Num estudo que inclui as metas que o governo federal se impôs, além dos compromissos assumidos em 2000 pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), a publicação ana-

lisa, em 180 páginas, 27 tabelas e 77 gráficos, os mais recentes dados econômicos e sociais sobre o País.

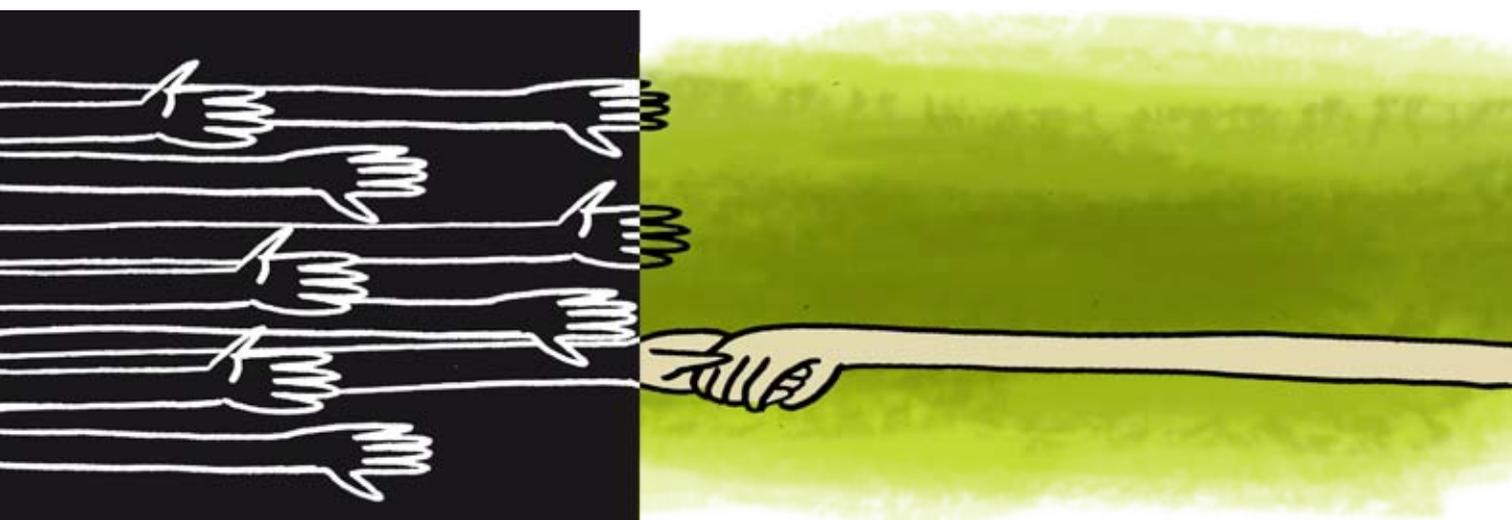
Um dos principais avanços, mostra o relatório, foi o obtido no combate à fome e à extrema pobreza. Nessa área, o País assumiu o compromisso de reduzir pela metade a população extremamente pobre até 2025, meta já ultrapassada. Até 1990, mais de um quarto da população brasileira sobrevivia em estado de extrema pobreza, representando 25,6% do total de brasileiros. Esse percentual foi reduzido para 4,8% em 2008, diante da meta de 12,8% fixada para 2015. O claro avanço não significa que não há mais nada a fazer nessa área. Pelos dados do IBGE, ainda há quase 9,2 milhões de brasileiros em situação degradante.

A proporção da população que sofre de fome, da mesma forma, deveria ser reduzida pela metade entre 1990 e 2015. E os indicadores sugerem que o objetivo foi igualmente cumprido com antecipação. Em 1996, de acordo com o relatório, 4,2% das crianças estavam com peso inferior ao esperado para a idade, índice reduzido para 1,8% em 2006,

diante de uma previsão de 2,1% para 2015.

Mas os indicadores de mortalidade infantil e materna, de acesso à água potável e a saneamento básico permanecem vergonhosos. A mortalidade de crianças menores de cinco anos e de mães, correspondendo, respectivamente, a 53,7 mortes e a 140 óbitos a cada mil nascimentos em 1990, foi reduzida para 22,8 crianças e 35 mulheres em 2008 e 2007, pela ordem. Os números continuam distantes das metas, que prevêem limitar a mortalidade de crianças a 17,9 a cada mil nascidas vivas e a 35 mães até 2015. Esses indicadores mantêm-se muito acima dos números exibidos por muitos países em desenvolvimento e por todas as nações desenvolvidas.

Se em 1990 nada menos do que 90,9% da população não tinham acesso à água encanada, em 2008 o índice, embora relativamente mais baixo, continuava alarmante, na faixa de 72,6% perante a meta de 45,45% fixada para 2015. Idem no caso do esgoto: 76,9% ainda não tinham acesso a sistemas de saneamento em 2008, frente a 89,7% em 1992 e previsão de 44,85% para 2015.



De olho no futuro

Mapa estratégico deve incluir metas para ampliar a renda per capita no Estado e defesa mais explícita de incentivos fiscais

O mapa estratégico da indústria goiana, sistema de gestão que pretende promover o fortalecimento do segmento até 2020, tornando-o mais competitivo e sustentável, deverá ser concluído em maio e apresentado ao público em julho. O projeto Goiás 2020 – Indústria Rumo ao Futuro, elaborado pela Fieg, com a consultoria da 3GEN Gestão Estratégica, definirá uma agenda mínima de iniciativas destinadas a promover o desenvolvimento, envolvendo diretrizes para política industrial, formação e capacitação de recursos humanos, infraestrutura, política tributária e de crédito, gestão pública e empresarial, tecnologia e inovação, além de propostas para promover a economia regional como um todo.

A ideia, pontua o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, é que o mapa estratégico possa auxiliar o governo e o setor privado na elaboração de diretrizes e na definição de ações e de programas considerados essenciais ao desenvolvimento de Goiás. A agenda mínima será encaminhada também aos candidatos que disputarão as próximas eleições estaduais e servirá como um instrumento de pressão para que as medidas propostas pelo setor sejam de fato implementadas, observa



Paulo Afonso, da Fieg, Alberto Borges e Raul Costa, da Adial: agenda mínima

o consultor Roberto Campos, sócio e diretor da 3GEN, que realizou uma apresentação do mapa a empresários e dirigentes da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de Goiás (Adial).

“São objetivos que nortearão a indústria goiana para um novo patamar de competitividade global e sustentabilidade, transformando-a em referência brasileira de desenvolvimento”, acrescenta Campos.

Durante a exposição ocorrida na Adial, no dia 12 de abril passado, foi sugerida pelo presidente da instituição, Alberto Borges de Souza, a adoção de políticas públicas focadas no incentivo ao investimento produtivo de forma a assegurar a ampliação da renda per capita

do Estado para US\$ 25 mil em 2020, o que representaria, a preços de hoje, mais de R\$ 44 mil por habitante ou quatro vezes a renda média registrada no Estado em 2007. Para assegurar recursos públicos destinados a investimentos no setor de infraestrutura e suporte a investimentos privados, Souza defendeu que o Estado limite despesas com pessoal a 25% da receita corrente líquida. O vice-presidente do Conselho Temático de Política Econômica da Fieg, Beyle de Abreu Freitas, propôs que o documento final ressalte especificidades e deficiências da economia goiana e torne mais explícita a defesa dos incentivos fiscais como forma de compensar a defasagem do Estado frente às regiões mais desenvolvidas do País.

Campos, da 3GEN: mecanismos para transformar indústria goiana em referência no País



UMA GRANDE FERRAMENTA PARA A EMPRESA BUSCAR BONS PROFISSIONAIS. UM EXCELENTE MEIO PARA O PROFISSIONAL ENTRAR NAS MELHORES EMPRESAS.

O IEL soma a tradição de 40 anos em estágio com a inovação de um banco de dados disponível na internet e desenvolve site de recrutamento.

O Empregando Talentos está à disposição das empresas, para o recrutamento de pessoas e oferta de vagas, e dos profissionais que buscam vaga no mercado de trabalho ou que almejam nova colocação.

- Profissionais prontos para a empresa
- Acesso gratuito durante 10 dias e 50% de desconto por três meses para o candidato
- Busca simplificada, retorno imediato
- Pesquisa completa de candidatos de acordo com o perfil desejado
- Cadastro de vagas gratuitamente, para a empresa
- Auxílio à seleção de candidatos
- Envio de mensagens, via e-mail, aos candidatos selecionados
- Busca de currículos alinhada à demanda da empresa

Aproveite essa oportunidade.
Acesse agora mesmo

www.
empregandotalentos
.com.br

Pelos Melhores do Mercado





Educação, saúde e qualidade de vida nas usinas

De olho no ritmo acelerado de expansão do setor alcooleiro, Sesi e Senai desenvolvem ações sociais e de educação profissional

■ *Andelaide Pereira, de Cachoeira Alta*

Segundo produtor nacional de etanol, Goiás se consolida no setor sucroenergético com a implantação de novas usinas no Estado e a produção de 2,187 bilhões de litros do biocombustível na safra 2009/2010 pelas 35 usinas instaladas no Estado. Desse total, 50% foram fabricados por 15 usinas que operam no Sudoeste Goiano.

Empresa do Grupo Odebrecht, a ETH Bioenergia inaugurou em 2009, na região, a usina Rio Claro, em Caçu. A unidade tem capacidade de moagem de 3 milhões de toneladas de cana por safra, com produção totalmente voltada para o etanol. Na safra 2010/2011, iniciada em abril, a planta industrial deverá produzir 190 milhões de

litros do biocombustível. A usina tem ainda capacidade instalada para cogeração de 130 megawatts de energia elétrica a partir da queima do bagaço de cana.

Atualmente, a Rio Claro emprega 1.900 pessoas e prevê contratar, ainda em 2010, mais 130. Em 2012, quando estiver com sua capacidade plena de operação, a usina deverá contar com 2.300 funcionários diretos. “Dentro de nossa política de valorização das comunidades em que atuamos, vamos selecionar e qualificar essa mão de obra nas cidades de Caçu, Cachoeira Alta e demais municípios circunvizinhos. Para tanto, buscamos a parceria com Senai Goiás ainda na fase de implantação da usina na região, em 2008”, destaca Antônio Carlos, gerente de Pessoas e Administração da Rio Claro.



Antônio Carlos: qualificar pessoal em Caçu, Cachoeira Alta e municípios vizinhos, em parceria com Senai

Lavoura mecanizada exige mão de obra



Darlete Martins: “Essa é a chance de conseguir um emprego e crescer junto com a empresa”

Com a colheita totalmente mecanizada, a usina Rio Claro precisa também de mão de obra especializada para operar as máquinas colhedoras de cana. Mais uma vez, a parceria com o Senai tem contribuído para minimizar esse déficit na indústria. “A proibição da queima de cana, entre outros fatores, tem acelerado o processo de mecanização das lavouras no Brasil, mas não temos no mercado pessoas qualificadas para operar as colhedoras. Hoje, atuam na usina 48 operadores, mas precisamos de pelo menos mais 130. Por isso, implantamos em 2009 o curso de operador de máquinas agrícolas”, explica Antônio Carlos.

Ao todo, 40 pessoas selecionadas em Cachoeira Alta e Caçu participam do curso gratuitamente. As aulas são realizadas no Centro de Treinamento da empresa, de segunda a sexta-feira, no período noturno. A usina paga ainda o transporte para os alunos que moram em Caçu, distante 42 quilô-

metros de Cachoeira Alta.

Recepcionista no hospital municipal de Caçu, Érica Souto de Paula trabalha o dia inteiro e enfrenta 42 quilômetros de estrada para assistir às aulas, mas diz que o esforço vale a pena. “O curso é excelente, a turma está empolgada e eu pretendo trabalhar na usina – gosto de máquinas. Não fico intimidada com o fato de trabalhar em um meio ainda dominado por homens”, afirma.

Marina Nogueira reforça que as mulheres ainda não são maioria na usina, mas têm se destacado no trabalho. “Elas são mais cuidadosas, detalhistas, esforçadas e organizadas”, diz. Dos 40 alunos do curso de operadores agrícolas, 12 são mulheres.

Também aluna, Darlete Martins enxerga no curso oportunidades de mercado para as mulheres. “Estou motivada e confiante, acredito que essa é a chance de conquistar um emprego e crescer junto com a empresa.”



Usina Rio Claro: capacidade para 190 milhões de litros de etanol e para geração de 130 MW de energia

Toda a família empregada

Referência em qualificação de profissionais para o mercado de trabalho no Sudoeste Goiano, a Unidade Integrada Sesi Senai Rio Verde é responsável pelas atividades de educação profissional desenvolvidas para a indústria por meio de ações móveis. De agosto de 2008 a julho de 2009, a unidade ministrou o curso de operador industrial em processos de fabricação de açúcar, álcool, utilidades e cogeração de energia elétrica, destinado à formação de mão de obra para atender à demanda da usina.

Com duração de 1.600 horas, a programação foi realizada no Centro de Treinamento da Rio Claro, em Cachoeira Alta. Os 37 concluintes foram absorvidos pela empresa. Um deles é Laíssa Cristhie, de 20 anos, que atua no Centro Operacional de Produção da usina. Ex-atendente em um supermercado de Caçu, ela viu no curso uma oportunidade de crescimento profissional. “Além de ter conquistado um excelente emprego, descobri um mundo novo. Não conhecia nada sobre processos industriais. Durante as atividades práticas, acompanhamos todas as fases de processamento da cana – desde sua chegada na usina até o produto final. Tivemos aproveitamento completo, bons conteúdos e ótimos instrutores”, avalia.

Responsável pelo Recrutamento e Desenvolvimento de Pessoas da Rio Claro,



Marina Nogueira: “Famílias inteiras passaram a receber bons salários”

Marina Nogueira observa que as ações de educação profissional realizadas para a população favorecem o crescimento socioeconômico da região. “Temos casos em que pai, mãe e filhos trabalham na usina. São famílias inteiras que passaram a receber bons salários, aumentaram seu poder de compra e movimentam o comércio local, atraindo novos empreendimentos. Com isso todos ganham.”

Do carro de som à colhedora

Durante o dia, Euenes Freitas trabalha em um carro de som divulgando o comércio de Cachoeira Alta. À noite, sonha em dirigir uma colhedora de cana. Aluna do curso de operador de máquinas agrícolas, Euenes está ansiosa para o início das aulas práticas. “Tenho muita vontade de aprender a dirigir uma máquina moderna, me sinto privilegiada por participar do curso. Meu marido é motorista na usina, e eu logo serei uma operadora de colhedora. Estou feliz com essa possibilidade de emprego formal”, comemora.

Desempregado há oito meses, Sérgio Piniheiro veio fazer o curso pela possibilidade de contratação. “A mecanização da lavoura é uma nova tendência de mercado, quero estar apto para atuar nessa área.”



Euenes Freitas: seu sonho é comandar uma colhedora de cana



Laíssa Cristhie:
“Descobri um mundo novo. Durante as atividades práticas, acompanhamos todas as fases de processamento da cana”



Érica de Paula:
“Não fico intimidada com o fato de trabalhar em um meio ainda dominado por homens”

Cuidando da saúde: programas incluem tratamento odontológico em Santa Helena



Aprender a ler e escrever, TRATAR OS DENTES...

■ *Débora Orsida, de Santa Helena*

Usina Santa Helena promove, em parceria com o Sesi, a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população

O despertador toca às 5 horas da manhã na casa de Pedro Gouveia dos Santos, de 44 anos, 14 dos quais trabalhando como cortador de cana na Usina Santa Helena. Às 7 horas ele já está no batente, que só termina por volta das 4 da tarde. De volta para casa, se prepara para um outro compromisso: as aulas no 4º ano do

ensino fundamental do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), desenvolvido pelo Sesi em parceria com a usina e que já formou mais de 300 pessoas em quatro anos.

Atualmente, o projeto atende 115 trabalhadores da usina e familiares, que aprendem a ler, escrever e fazer contas. “Eu sempre digo para as minhas filhas que nós exercemos nossa cidadania através da escrita. Se formos educados, não seremos enganados”, afirma Pedro, que gosta muito de ler e escreve poesias.

Coordenadora do programa em Santa Helena, Joseli Santos Moreira conta que o EJA mostrou novos desafios para essas pessoas, que não tiveram a oportunidade de estudar na idade escolar. Exemplo disso é Djalma Sebastião Palhares, de 71 anos. Ele começou a trabalhar muito cedo, aos 9 anos, e não teve tempo para se dedicar aos estudos. “Mas ago-

ra é a minha chance. Voltei para escola e não paro mais. Vou ser advogado.”

Expectativa semelhante tem Maria da Glória Teixeira da Silva, de 55 anos, que voltou para a sala de aula após o falecimento do marido. “Nunca é tarde para recomeçar. Para superar a tristeza da perda, vim para a escola, fiz novos amigos, minha autoestima está lá em cima e, o mais importante, tenho o apoio total dos meus filhos”, diz Glória.

A coordenadora do programa ressalta que, muito mais do que aprender a ler e escrever, essas pessoas têm a oportunidade de resgatar sonhos. “Muitos alunos me contam de suas conquistas, como tirar a carteira de habilitação, uma promoção no trabalho e até mesmo poder assinar o nome na hora de votar. Essa é nossa grande vitória, devolver a cidadania para essas pessoas”, declara Joseli.



“Voltei para a escola e não paro mais. Vou ser advogado”

DJALMA PALHARES, 71 ANOS,
FUNCIONÁRIO DA USINA SANTA HELENA



“Nós exercemos nossa cidadania através da escrita”

PEDRO GOUVEIA DOS SANTOS, CORTADOR
DE CANA NA USINA SANTA HELENA

Primeiro emprego e sorriso novo

Denise Francisca Miranda do Carmo, de 48 anos, auxiliar de limpeza na Usina Santa Helena, é casada, tem três filhos e comemora uma grande conquista: o primeiro emprego. “Estou muito feliz. Tenho um trabalho de carteira assinada. Estou há nove meses na usina e agora quero crescer dentro da empresa”, conta Denise, que acaba de utilizar mais um dos serviços que a usina oferece em parceria com o Sesi, o tratamento odontológico.

“Assim que fiquei sabendo desse benefício eu liguei e agendei minha consulta. Eu precisava muito. E foi maravilhoso, já fiz todo o tratamento e agora é só cuidar melhor dos meus dentes”, relata após o último dia de consulta.

A odontóloga Loyanne Marques de Miranda, que atende na unidade móvel do Sesi desde junho de 2009, explica que o trabalho além de curativo, também é preventivo. “Oriento os pacientes sobre os cuidados com a higiene bucal e, mesmo após concluir o trabalho, sempre marco consultas para avaliar como anda a escovação, aplicar o flúor, enfim, acompanho o pós-tratamento.”

Ela conta que atende por mês cerca de 140 pessoas e realiza mais de 380 procedimentos, que vão do tratamento da cárie, limpeza dos dentes a restauração. Loyanne reconhece a importância dessa parceria. “Com certeza, muitas dessas pessoas nunca teriam acesso a um tratamento odontológico como esse, gratuitamente. Eu percebo como elas ficam satisfeitas e se sentem valorizadas pela empresa.”



“Agora é só cuidar melhor dos meus dentes”

DENISE DO CARMO, AUXILIAR DE LIMPEZA
DA USINA SANTA HELENA



“O trabalho no campo é muito repetitivo e com a ginástica minimizamos patologias”

GEMÉRIA FENIX, ENFERMEIRA DO TRABALHO DA USINA SANTA HELENA

Alongar para não travar

Em 2007, a Usina Santa Helena implantou o Programa Sesi Ginástica na Empresa visando preparar a musculatura de seus colaboradores para o esforço físico do trabalho na lavoura, bem como proporcionar momento de descontração e relaxamento. Atualmente, cerca de 700 pessoas participam das aulas, realizadas no início e no final de cada turno de trabalho. O cortador de cana Rosemiro Sousa Barbosa revela que, desde que começou a praticar exercícios, a disposição, o bom humor e o alto astral são constantes em sua vida. “As dores que eu sentia na coluna e nos braços diminuíram bastante depois que comecei a fazer

os exercícios. Eu me sinto muito melhor, mais disposto.”

Enfermeira do trabalho da usina, Geméria Fênix conta que a prática da ginástica laboral é aprovada por todos. “O trabalho no campo é muito repetitivo e com a ginástica minimizamos patologias. Todos se esforçam para fazer os exercícios, conscientes de que esse momento é importante, não apenas para realizar melhor o trabalho, mas principalmente para a saúde.”

Odontologia, Educação de Jovens e Adultos, Sesi Ginástica na Empresa são algumas das ações que a Usina Santa Helena oferece

para trabalhadores e seus dependentes. “Sabemos que nosso maior patrimônio é o colaborador. Se ele estiver bem, com saúde, autoestima, disposto, terá melhor qualidade de vida e em consequência realizará melhor seu trabalho”, afirma o gestor de Recursos Humanos da empresa e coordenador do grupo de RH do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (Sifaeg), Wellington Pereira Nunes. Para ele, investir em qualidade de vida, educação e bem-estar é uma forma de valorizar seus colaboradores e familiares. “A aceitação e o envolvimento da nossa equipe provam que estamos no caminho certo.”



POR DENTRO DA USINA SANTA HELENA

Empregos diretos:	1.800
Empregos indiretos:	500

98% da mão de obra empregada é de Santa Helena

Ações sociais: Futebol Mirim, Coral das Crianças, Dança na Empresa, Visita na Empresa, plantio de 480 mil mudas para a formação de mata ciliar às margens dos rios e córregos do município, plano de saúde

Qualidade garantida



Daniel e Núbia: “Já podemos oferecer nosso produto a qualquer cliente do Brasil”

Empresas apontam vantagens da certificação da produção de cestas de alimentos e destacam aumento de clientes e agregação de valor

A produção de cestas de alimentos é uma atividade essencial e, por isso, regulada pelo governo como forma de garantir a saúde e o acesso da população a produtos de qualidade. Sua certificação é obrigatória. Em 2002, instrução normativa da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (SDA/Mapa) estabeleceu exigências mínimas para operação de empresas de cestas de alimentos e similares. No mesmo ano, portaria do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) definiu os requisitos para a avaliação da conformidade desses produtos e designou, em janeiro de 2003, o ICQ Brasil como organismo responsável por essa avaliação.

Em Goiás, várias empresas do setor têm recorrido à certificação e já podem ostentar em seus produtos selo adesivo com a marca do Inmetro e do Mapa, obtido após emissão de licença de conformidade pelo ICQ Brasil. Entre elas, a Cerrado Alimentos, fundada em janeiro de 1999, com foco em cestas de alimentos e cestas de Natal, com produção média de 15 mil unidades por mês, e a GA Brasil, no mercado desde 2006 e atualmente com capacidade para 30 mil unidades mensais.

Localizada em Campinas, onde emprega 16 funcionários “treinados e capacitados”, conforme destacam os empresários Núbia Gonçalves, diretora financeira e gestora de qualidade, e Daniel Mendonça Ramos, diretor comercial da empresa, a Cerrado obteve seu

licenciamento em maio de 2009. “Foram necessários investimentos na estrutura física e mudanças nos processos da empresa, envolvendo desde a escolha do fornecedor até a verificação com cliente final”, relatam ambos.

Foi preciso ainda adequar todas as etapas de produção, assim como as formas de armazenamento. Os funcionários foram treinados e instituiu-se um sistema de rastreabilidade que assegura qualidade na produção e pontualidade na entrega, sustentam Núbia e Daniel.

O resultado, acrescentam, foi um aumento no volume de negócios, com a inclusão de novos clientes, que não compravam cestas sem o selo do Inmetro. “Hoje podemos oferecer nosso produto a qualquer cliente do Brasil e participar de licitações públicas”, diz Núbia, para quem o agente fiscalizador deveria ser mais rigoroso para inibir a atuação de empresas que não estão autorizadas a usar o selo do Inmetro.

Há quatro anos na ativa, a GA Brasil recebeu a certificação em meados de 2009, depois de investir quase R\$ 1 milhão. “Foi como se tivéssemos inaugurado uma nova empresa”, relata Diana de Assis Lobo da Silva, engenheira de alimentos e diretora-proprietária da empresa.

Instalada em Aparecida de Goiânia, a GA Alimentos teve de construir um novo prédio e adquirir novos equipamentos, móveis e sistemas de informática. “Partimos praticamente do zero porque nosso prédio anterior

não atendia às especificações da legislação. Implantamos uma série de processos rigorosos de controle que visam dar total qualidade e segurança aos nossos consumidores”, completa Diana.

Além da mudança na estrutura física, relata a empresária, a empresa mudou sua imagem como fornecedora de cestas de alimentos e conseguiu agregar maior valor a seu produto. “Foi um amadurecimento empresarial que nos fortaleceu como empreendedores”, afirma. Sem o licenciamento, acrescenta Diana, a concorrência vinha se tornando cada vez mais complicada, “pois as grandes empresas de outros Estados saíram na frente nesse processo”.



Diana, da GA Brasil: “Foi como se tivéssemos inaugurado uma nova empresa”

capa

O NOVO OLHAR DA INDÚSTRIA

Setor constrói agenda ambiental que pretende conciliar crescimento econômico e preservação, em direção a uma economia de baixo carbono

■ *Mariza Santana e Lauro Veiga Filho*

Obra da barragem do Ribeirão João Leite: termo de ajuste envolve sindicato e indústrias de cerâmicas instaladas na APA



Heloisa Menezes, da CNI, ao lado de Pedro Alves de Oliveira e Henrique Morg, da Fieg, durante encontro em Goiânia: “(O custo da gestão ambiental) não pode ser um obstáculo ao crescimento”

O debate ambiental está nas ruas e deverá ser um dos temas centrais da agenda política dos próximos meses no País – e muito além da campanha eleitoral, ressalta a diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Heloisa Menezes. “A indústria tende a caminhar rumo à boa governança e ao desenvolvimento sustentável para evitar novos custos na gestão ambiental. Mas isso não pode ser um obstáculo ao processo de retomada do crescimento no pós- crise”, afirma.

Não deixa de ter algum significado o fato de a CNI ter convidado o economista Ignacy Sachs, professor da École des Hau-

tes Études em Sciences Sociales, em Paris, para realizar exatamente a palestra inaugural da 2ª Conferência da Indústria Brasileira para o Meio Ambiente (Cibma). No dia 4 de maio, em São Paulo, Sachs falou sobre as perspectivas de uma economia de baixo carbono e suas possibilidades para a indústria brasileira. A 2ª Cibma, por sua vez, está programada para os dias 19 a 21 de maio em Salvador (BA).

O desafio posto ao setor, relembra Heloisa, está na necessidade de equilibrar na mesma balança crescimento econômico e preservação ambiental. E a “biocivilização moderna”, definida por Sachs, parece se

enquadrar no modelo exigido pelos novos tempos e pela urgência de refrear a tendência de aquecimento global. “Construir uma economia de baixo carbono”, diz o professor, “é construir uma estratégia de saída progressiva do petróleo.”

A colaboração do setor industrial, esboçada ao longo da primeira conferência realizada em São Paulo, em 2007, será redesenhada ao longo da 2ª Cibma. O documento final do encontro, compondo a agenda ambiental da indústria, será apresentado ao público no dia 1º de junho, em Brasília, com cópias especialmente endereçadas aos candidatos que disputarão as próximas eleições.

Degradação: praticamente todos os mananciais estão sob ameaça no País



Agenda de debates

A segunda semana de abril foi marcada por intensos debates envolvendo todas as 27 federações da indústria no País, representando 1.250 sindicatos setoriais e quase 350 mil empresas, sob a coordenação da CNI. Foram realizados cinco encontros regionais entre os dias 7 e 15 de abril, detalha Daniela Cestarollo, da Gerência de Meio Ambiente da confederação, cobrindo o País literalmente de sul a norte, num esforço para reunir as propostas da indústria para cinco grandes temas: biodiversidade e florestas, gestão ambiental, mudanças climáticas, responsabilidade ambiental e compartilhada e recursos hídricos.

A primeira conferência regional ocorreu em Porto Alegre, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), no dia 7, seguindo-se o encontro das indústrias do Nordeste, realizado em Salvador no dia 12. A Fieg foi sede dos debates no Centro-Oeste, no dia 14, mesma data da realização da conferência do Sudeste, em Belo Horizonte. A programação encerrou-se no dia 15, em Belém (PA), quando as indústrias do Norte do País elaboraram suas propostas. Em Salvador, todas as federações do setor no País voltam a se encontrar, na 2ª Cibma, para consolidar uma agenda comum para a área ambiental.



Daniela Cestarollo: maratona de reuniões para definir propostas regionais para o encontro nacional em Salvador

Para preservar o João Leite

Após intensa articulação desenvolvida pelo Sindicato das Indústrias Cerâmicas no Estado de Goiás (Sindicar/GO), num trabalho que envolveu ainda o Ministério Público de Goiás e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado (Semarh), as licenças ambientais concedidas a empresas de extração que atuam na Área de Preservação Ambiental do João Leite foram prorrogadas por mais seis meses, até o dia 2 de setembro próximo. A prorrogação está condicionada, no entanto, à elaboração, no mesmo prazo, do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) para toda a área da APA, onde estão estabelecidas cerca de 40 cerâmicas.

Segundo o presidente do Sindicar/GO, Henrique Morg Wilhelm de Andrade, que tam-



Cerâmica Monte Castelo, em Nazário: Morg aponta área de exploração mineral recuperada por sua empresa, próximo à Serra da Jibóia

bém preside o Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg, o EIA/Rima é um projeto complexo e caro, que demanda o trabalho de consultorias especializadas e equipes multidisciplinares, inclusive para apontar novas jazidas para futura exploração de forma sustentável dentro da área. “O acordo será cumprido com o aval do sindicato. Os custos serão rateados entre as empresas que operam na Apa e essas terão de estar sindicalizadas. Caso

contrário, ficarão de fora do processo de licenciamento para extração de argila”, alerta.

Mas os trabalhos somente poderão ser iniciados quando a Semarh liberar o termo de referência. “Encaminhamos ofício à secretaria e ao Ministério Público para comunicar o não-cumprimento do prazo para liberação do termo. Só depois disso é que poderemos abrir licitação para contratar a empresa que desenvolverá o EIA/Rima”, acrescenta Morg.

Em debate, a “pegada de água”

Em alguns mercados, aponta o consultor da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (Fiems), Thomaz Lipparelli, a existência de rótulos identificando a eficiência hídrica de bens e mercadorias já influencia o consumidor e surge como uma possível nova exigência no comércio entre nações. A rotulagem aponta indicadores que atestariam a maior (ou menor) eficiência no uso de água em todas as fases do processo de produção, deixando claro para o consumidor a “pegada de água” de cada produto.

A indústria quer participar de forma mais ativa desse debate e defende a criação de indicadores de eficiência “na captação, no uso, na armazenagem e devolução” da água, o que contempla o reuso desse recurso, como instrumentos importantes para a gestão ambiental nas empresas. Mas gostaria de evitar “comparações inadequadas” e “generalizações”, sugerindo que esses indicadores deveriam considerar as “especificidades

de produtos e processos”.

Alguns setores, como a agroindústria, ressalva Paulo Carneiro Junqueira, representante da Cooperativa Mista de Produtores Rurais do Sudeste Goiano (Comigo), que opera duas unidades de esmagamento de soja em Rio Verde, prefeririam que esses indicadores levassem em consideração a relação entre número de empregados por empresa e consumo de água na produção. Adicionalmente, sustenta Junqueira, será necessário considerar o nível de poluição das águas e seu tratamento, além da qualidade do recurso devolvido ao meio ambiente.

Em outra recomendação, a indústria do Centro-Oeste sugeriu identificação, desenvolvimento e validação de tecnologias inovadoras, preferencialmente de baixo custo, para a gestão de recursos hídricos como “ação fundamental” para ampliar a competitividade das empresas. “Os indicadores

de eficiência devem ser o alvo preferencial dessas pesquisas”, acrescenta uma das 33 assertivas aprovadas na conferência regional ocorrida na Fieg, no dia 14 de abril.

Nas discussões para revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, o setor industrial quer que seja assegurada a descentralização do poder decisório no âmbito do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e cobra maior rigor na implementação do plano. A ideia é dar transparência e eficiência à aplicação dos recursos financeiros destinados ao sistema.

Por lei, o resultado da cobrança pelo uso da água deve ser aplicado na própria bacia hidrográfica, livre de contingenciamentos. “A aplicação tem sido pouco ágil e, em média, apenas 40% a 50% dos recursos arrecadados, por exemplo, na bacia do Rio Piracicaba são investidos no mesmo exercício”, observa Mário Cardoso, da Gerência de Meio Ambiente da CNI.



Cardoso: menos da metade dos recursos arrecadados são aplicados no mesmo ano na bacia do rio Piracicaba

Transparência e agilidade, as cobranças

A falta de definição objetiva sobre qual ente federado – União, Estado ou Município – deve licenciar um determinado empreendimento causa impactos nas iniciativas produtivas públicas e privadas do Brasil. Essa é uma das principais conclusões do estudo Diagnóstico dos Procedimentos de Licenciamento Ambiental no Brasil, elaborado pela CNI, que analisa as regulamentações de licenciamento vigentes nos níveis federal e estadual. Segundo o estudo, as normas não apresentam objetividade e clareza para evitar a adoção de procedimentos diferenciados em empreendimentos que tenham impacto ambiental similar.

Conforme o diagnóstico da CNI, o bom desempenho das empresas na gestão ambiental e o cumprimento das obras não acarretam avaliação diferenciada por parte do órgão ambiental. Outra conclusão é de que há multiplicidade de normas, de acordo com as características de cada Estado, com elevado grau de incerteza e subjetividade. Também não há harmonização das normas estaduais para o licenciamento ambiental e algumas são até antagônicas entre si. Na maior parte dos Estados brasileiros, o prazo de validade da Licença de Operação é menor do que quatro anos, causando excessivos custos aos empreendimentos.

O estudo da CNI destaca ainda a constatação de que as certificações ambientais, do tipo ISO 14000, por exemplo, e outras iniciativas de autogestão ambiental não são consideradas pelos órgãos ambientais licenciadores como diferenciais positivos a favor das empresas que já possuem nível superior de compromisso ambiental. A revisão dos procedimentos de licenciamento ambiental é tema do Projeto de Lei 3.729/04, que está em debate atualmente no Congresso Nacional. A indústria tem procurado contribuir com as discussões a respeito dessa matéria.

A Confederação Nacional da Indústria defende que a determinação das competências dos entes federados pelo licenciamento ambiental, assim como a necessária visão de planejamento macroambiental, inerente ao Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), devem subsidiar as decisões individuais nos pedidos de licenciamento ambiental, como já ocorre nas zonas industriais.

Como contribuições da indústria do Centro-Oeste ao debate, a região defende harmonização das normas ambientais estaduais e municipais, “com ênfase nos critérios da razoabilidade, da proporcionalidade e do custo-benefício das exigências impostas para o licenciamento”. Os órgãos ambientais devem ser mais transparentes, modernizados e informatizados, para que o processo de licenciamento ambiental seja mais ágil.

As possibilidades da proteção à floresta

Na apresentação preparada pela equipe da CNI, com base nas diretrizes acertadas durante a 1ª Cibma e ao longo de intensas discussões regionais, a confederação conclama o setor industrial a lançar um novo olhar sobre as possibilidades da proteção florestal, focado especialmente para a perspectiva de usos múltiplos para as áreas florestais. No caso, há um nítido interesse do setor industrial de participar do processo de reformulação da Lei 4.771/1965, que estabeleceu o Código Florestal em vigor.

“A criação de instrumentos compensatórios e de recuperação de áreas degradadas e a aplicação conjunta de outros mecanismos previstos no Código Florestal, a exemplo da servidão florestal e da reserva legal condominial, podem ser de expressivo auxílio”, sustenta a CNI, argumentando que outras formas de manejo e conservação das áreas de reserva

legal podem ser estimuladas em todos os biomas. “Há a possibilidade de promover mecanismos de uso múltiplo da floresta, em especial com a manutenção da ‘floresta em pé’ e o pagamento por serviços ambientais”, acrescenta a confederação.

Entre outras propostas definidas pelas federações das indústrias do Centro-Oeste, o setor defende a competência de Estados e municípios, respeitadas suas especificidades, para deliberar sobre a legislação florestal e ambiental, bem como sobre sua regulamentação. A reestruturação do Código Florestal, sempre na visão da indústria da região, deverá adicionar aos institutos da reserva legal, das áreas de preservação permanente e da reposição florestal “instrumentos viáveis às necessidades do desenvolvimento sustentável”. Sua aplicação deverá ser assegurada por meio de “normas e regras claras”, que reduzam a discricionariedade das decisões nesta área.

Como sugestão que permeou os debates realizados no dia 14 de abril, na sede da Fieg, resume Elaine Lopes Noronha Farinelli, assessora do Conselho Temático de Meio Ambiente da instituição, o setor não veria com maus olhos, por exemplo, eventual incorporação das áreas de preservação ambiental à reserva legal. Nesse sentido, as duas áreas passariam a ser consideradas em conjunto no momento de estabelecer os limites da exploração econômica em cada propriedade.



Elaine Farinelli, da Fieg: reserva legal e áreas de preservação deveriam ser consideradas num mesmo espaço

Serviços ambientais, com remuneração

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que tem como base a compensação do setor produtivo pelas melhores práticas relacionadas à gestão dos recursos naturais, desafia as práticas mais conservadoras de controle ambiental, predominantes nas atuais legislações do setor. Isso significa a tendência de promover o incentivo às boas práticas de gestão ambiental, no lugar da punição. Na prática, o PSA prevê incentivos monetários para aquelas empresas que adotam a conservação dos recursos naturais. Essa proposta vem atraindo a atenção do setor industrial brasileiro, que vê no PSA uma oportunidade de incentivar suas iniciativas voluntárias, assim como, dentro da

cadeia produtiva, gerar um círculo virtuoso na geração de novos negócios.

A discussão a respeito do PSA vem amadurecendo no Brasil nos últimos anos. Já existem iniciativas locais implementadas com sucesso, seja por meio de legislações específicas ou em atendimento a legislações estaduais ou municipais, com experiências denominadas Bolsa-verde, já regulamentados ou em implantação no Espírito Santo e em Minas Gerais, além de outros municípios.

No âmbito nacional, tramitam no Congresso projetos de lei que tratam do assunto. O debate em torno da aplicação desse instrumento de gestão ambiental está consolidando de forma expressiva.

Por isso, nesse cenário, a CNI avalia que é preciso avançar na compreensão das políticas públicas já existentes e participar da formulação das novas, levando em consideração as tendências mundiais, os riscos e as potenciais oportunidades de parceria público-privada.

Nessa visão, o pagamento por esses serviços, propõem as federações do Centro-Oeste, deve ser considerado prioritário para áreas de preservação permanente e de reserva legal nas propriedades, “contemplando, também, a recuperação e reabilitação de áreas degradadas”, assim como a preservação de recursos florestais, de mananciais e de suas nascentes.

Soluções de vídeo monitoramento CMA Sua empresa ao alcance dos seus olhos.



A CMA oferece a mais avançada tecnologia em vídeo monitoramento para a sua empresa. Câmeras de segurança transmitindo via wireless, fibra óptica ou cabo, permitem monitoração através de uma central, com alta definição de imagens e gravação em tempo real.

Tel: (11) 3053-2614
www.cmatelecom.com.br
telecom@cma.com.br

CMA *Telecom*

As mudanças climáticas e ações mitigadoras

O artigo 12 da recém-aprovada Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), expressa na Lei nº 12.187/2009, estipula metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) entre 36,1% e 38,9%, como compromissos voluntários nacionais. O parágrafo único desse mesmo artigo define que o detalhamento das ações para o cumprimento das metas será feito por meio de decreto, com base no 2º Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Atrópicas de Efeito Estufa.

No fim do ano passado, foi divulgada uma versão preliminar do inventário. Os estudos elaborados vão originar cerca de 20 relatórios de referência com as informações utilizadas, a descrição da metodologia empregada e os critérios adotados. No primeiro semestre deste ano, todos os relatórios devem ser submetidos

a uma consulta ampla de especialistas que não participaram diretamente da elaboração do inventário.

O documento incluirá a emissão dos setores de energia (queima de combustíveis e emissões fugitivas), processos industriais (produtos minerais, indústria química, indústria metalúrgica, produção e utilização de HFC e SF6), tratamento de resíduos (disposição de resíduos sólidos e tratamento de esgoto), além de agropecuária e mudança no uso da terra e florestas.

O inventário integra a Comunicação Nacional, um dos principais compromissos dos países signatários da Convenção de Mudança do Clima. O prazo legal para submeter a Segunda Comunicação Nacional à Convenção do Clima é o dia 31 de março de 2011.

Independente das decisões tomadas no nível federal, alguns Estados têm discutido e até aprovado leis definindo suas políticas estaduais de mudanças climáticas. Várias dessas iniciativas tratam de definição de metas obrigatórias de redução de GEE, impondo compromissos compulsórios ao setor produtivo. Por isso, a CNI alerta que é necessária maior participação do setor na formulação dessas políticas públicas e mesmo em suas respectivas regulamentações.

Já mobilizado, o setor empresarial pretende assegurar participação efetiva na elaboração da legislação que vai detalhar as ações necessárias para o cumprimento de metas fixadas pela PNMC, com ênfase em ações voluntárias de redução de emissões com menor relação custo-benefício.

Incentivos para a reciclagem

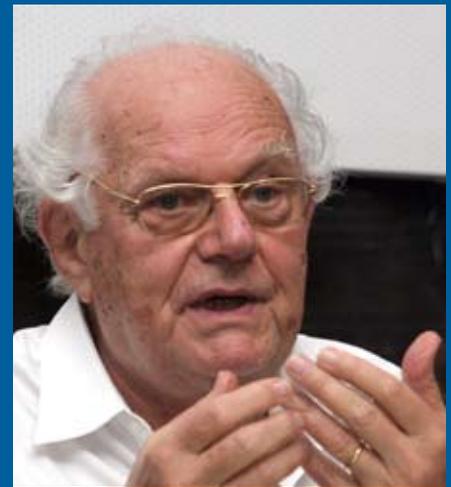
No setor industrial, já é realidade a responsabilidade exclusiva do fabricante no recolhimento de resíduos sólidos e sua destinação final. Exemplos disso são os segmentos de eletroeletrônicos (pilhas e baterias), pneus, petroquímicos (óleos lubrificantes usados), para os quais existem resoluções específicas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Mas a gestão dos resíduos sólidos não deve ter relação direta apenas com o setor industrial. Para que haja resultados efetivos, é necessária a participação de outros atores sociais – consumidores, comerciantes, transportadores e poder público. No debate sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ganha destaque a distribuição das responsabilidades pela gestão dos resíduos sólidos.

A indústria tem criado projetos de inclusão social com catadores e cooperativas de resíduos. Outros avanços importantes abrangem o estímulo à prática de reutilização/reciclagem

dos resíduos sólidos, coleta seletiva, inovação tecnológica e educação ambiental. O setor tem criado ainda instrumentos de incentivo à utilização de resíduos, como a produção de materiais aproveitáveis e a redução de resíduos finais (inservíveis), além de fomentar o uso de tecnologias limpas.

Nesse contexto, a reciclagem deve ser encarada como mecanismo eficaz para “converter passivos ambientais em ativos financeiros, com o compromisso de todos os atores da sociedade – fabricantes, comerciantes, consumidores, transportadores e poder público.” As ações cooperadas criam “oportunidade para ações adequadas de gestão dos resíduos sólidos, bem como para a geração e consolidação de novos negócios”, propõem os representantes das federações das indústrias do Centro-Oeste. Assim, seus porta-vozes defendem a adoção de incentivos econômicos e fiscais às empresas que utilizem resíduos na reciclagem ou na geração de energia.



“Construir uma economia de baixo carbono é construir uma estratégia de saída progressiva do petróleo”

IGNACY SACHS, PROFESSOR DA ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES DE PARIS

Será insuficiente o trabalho maciço de milhares se apenas um abandonar a vigilância



Paulo Rassi

Médico e secretário municipal de Saúde

Cidadania: remédio contra a dengue e outros males

Caro leitor, tenho falado incessantemente que o combate à dengue é uma responsabilidade cidadã. Creio que a maioria das pessoas sabe disso, mas essa mensagem, óbvia e importante, ainda não está cristalizada na sociedade. Portanto, nunca é demais repetir e conto, sempre, com o apoio da imprensa e das instituições, como a Fieg, para levarmos adiante essa guerra permanente e essencial.

A chave do sucesso, não só para vencermos a dengue, mas também para muitos outros males de nosso tempo, é a responsabilidade social, a cidadania à flor da pele. Tenho a satisfação de afirmar que a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia (SMS) tem trabalhado muito, com planejamento e coesão interna, no combate ao mosquito transmissor da dengue, na atenção aos enfermos e no estudo constante dos hábitos do mosquito e das particularidades da doença.

Graças ao esforço heróico de nossos profissionais temos conseguido evitar que a dengue se torne ainda mais forte e que mais mortes ocorram. Porém, não podemos estar em todas as residências todos os dias do ano, precisamos da contribuição decisiva da população.

Mesmo com ações que têm vasculhado toda a capital, com o apoio da sociedade organizada, da imprensa, da



Justiça, das instituições e das inúmeras parcerias que estabelecemos, ainda há quem deixe água acumulada em residências e estabelecimentos comerciais.

Nesse caso, a lógica é simples: será insuficiente o trabalho maciço de milhares se apenas um abandonar a vigilância. É como se uma armada gigantesca de soldados guardasse um forte, e, por uma brecha de um que se ausentou, por ali passassem os inimigos e seus canhões, derrotando a mais planejada das estratégias.

Aí é que entra a arma suprema que temos: nossa responsabilidade social,

nossa cidadania, o amor fraternal e universal. Isso depende de cada um de nós, sozinhos com nossa consciência e com nosso mais legítimo amor ao próximo. Cuidar da nossa realidade particular já ajuda, mas, se levarmos a conscientização a nossos familiares, amigos e vizinhos, melhor ainda!

É preciso cuidar da própria casa, fiscalizar os espaços públicos, denunciar possíveis focos e pedir a visita de equipes de combate no Disque Dengue (0800-646-1520). Outra arma fortíssima é a educação: cobre das escolas que coloquem a dengue na pauta de discussões e, principalmente, dê o exemplo, mantenha sua casa e seu estabelecimento comercial livres de focos do mosquito. Convoque seus filhos para participar, mostrando a eles mais esse caminho para um mundo melhor e mais seguro.

Amigo leitor, a SMS faz, rotineiramente, mais de 11 mil visitas domiciliares diárias de combate à dengue (fora as campanhas de intensificação). Enquanto você lê esse artigo, exércitos de mulheres e homens, sob chuva ou sol, estão nas ruas lutando pelo nosso bem. Ajude-nos nesse bom combate, receba e abra as portas de sua casa, comércio e indústria para nossas equipes. Vamos juntos abraçar, natural e definitivamente, um estilo de vida no qual não haja espaço para a dengue.

Passado, presente E FUTURO

Sem se afastar da visão de seus fundadores, o IEL diversifica atuação e, ao comemorar mais um ano, apresenta novos serviços

■ *Célia Oliveira*

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL), integrante do Sistema Fieg, comemora 40 anos com uma trajetória de bons frutos. Os resultados acumulados no decorrer desses anos, de acordo com o superintendente Paulo Galeno Paranhos, são creditados aos clientes, pessoas e empresas sensíveis às demandas de mercado, à inovação, qualidade em gestão e qualificação.

Desde sua criação no Estado, em 1970, inicialmente com a missão de estreitar a relação entre universidades e empresas, sobretudo via oferta de estágio a estudantes, o IEL firma parcerias, desenvolve projetos estratégicos, inova na oferta de produtos e serviços para responder às necessidades do setor produtivo goiano. À medida que vencia o desafio de aproximar os estudantes das práticas empresariais, por meio do estágio, o instituto adquiria experiências para crescer e consolidar sua marca no setor produtivo. Ao mesmo tempo em que criava oportunidades para preparar o jovem, futuro profissional, o IEL abria novas frentes de atuação junto a um mercado que demanda ferramentas e soluções competitivas. Por isso, diversificou, ampliou serviços e rompeu barreiras geográficas. Depois do estágio, surgiram consultoria empresarial, pesquisas, cursos e inserção no mundo digital.



Homenagem: Floriano Rezende Silva, da Pananrello, recebe placa do diretor do IEL Goiás, Daniel Viana, e do superintendente, Paulo Galeno Paranhos, observados por Carlos Cavalcante e Paulo Afonso

A consolidação do IEL nessas quatro décadas imprime hoje maior capacidade de oferecer serviços mais condizentes com as expectativas das organizações. “Acompanhamos de perto as mudanças não somente na economia nacional e local, mas questões educativas, sociais e de modernidade para diversificar nossa atuação”, observa Paranhos.

Sob a ótica da observância de riscos e oportunidades, aliada à prática de planejamento interno, o IEL Goiás apresenta à comunidade duas novas ferramentas on-line: o portal www.capacitandotalentos.com.br e o site www.empregandotalentos.com.br. Os novos serviços acompanham tendências, avanços gerenciais e tecnológicos para melhor atender pessoas e empresas.

Uma vaga para o talento

Da tradição do estágio à apresentação de profissionais formados ao mercado de trabalho. A tônica explica o investimento do IEL na qualificação de pessoas, passando a intermediar o contato entre os profissionais recém-formados e empresas.

O site www.empregandotalentos.com.br entra em operação com mais de 30 mil candidatos no banco de dados. Oriundos do estágio, eles estão prontos para serem recrutados por empresas que procuram por novos colaboradores. A ferramenta possibilita a candidatos a emprego ou que almejam novas oportunidades cadastrar currículos e realizar buscas. As empresas podem ofertar vagas e recrutar pessoas.

De acordo com a gerente do projeto, Daniela Cardoso, o objetivo é facilitar as contratações e intermediar o contato entre profissionais e empresas, aproveitando os jovens cadastrados no portal do estágio (www.sitedoestagio.com.br) que não têm mais condições de ser estagiários.

O superintendente Paulo Galeno Paranhos explica ainda que o projeto foi concebido pensando em atender aos recém-formados transferindo a eles o apoio do IEL na continuidade da vida profissional.

CAPACITAÇÃO

Utilizando de tecnologia 3D, games educativos, cenários interativos e conteúdos que versam sobre coaching, gestão da qualidade e financeira, no portal www.capacitandotalentos.com.br, tanto estudantes e profissionais como empresas poderão se qualificar. O portal disponibilizará extensa programação de cursos voltada à área de negócios. Na modalidade e-learning – 100% web –, os programas oferece-

www.capacitandotalentos.com.br

rão praticidade ao conhecimento, economia de tempo e liberdade de horário.

“Visando atender à grande demanda por qualificação, optamos por desenvolver essa metodologia, que pode abranger um maior contingente, com a oferta de cursos on-line, seja para o estagiário, candidato a emprego ou organizações”, enfatiza Paranhos.

Para dar suporte ao estagiário, detalha a gerente do projeto, Núbia Almeida, a ferramenta é dotada do programa Estágio Virtual, formatado para oferecer módulos enriquecedores da formação profissional. “Inicialmente, foram preparados para esse público conteúdos acerca de ambiente de trabalho, português, marketing pessoal e construção de carreira.”

O candidato a emprego, por sua vez, conta com conteúdos práticos para o desenvolvimento de competências. “Serão disponibilizados módulos customizados, de acordo com as necessidades de mercado”, completa Núbia Almeida.



Conteúdos já disponíveis

www.empregandotalentos.com.br

- Estágio Virtual - Iniciando sua carreira: primeiros passos
- Coaching - Inicialização de profissionais para uso da ferramenta
- Norma NBR ISO 9001:2008 - Mapeamento de processos
- Formação de Representante da Direção (RD)
- Interpretação da Norma
- 8S, uma ferramenta para a qualidade

OPINIÕES SOBRE O IEL GOIÁS



“Parabenizo o IEL, que faz um trabalho importante para o jovem estudante. Já atuei junto a vários estagiários e sei da seriedade na condução deste trabalho.”

JOEL SANTANA, SECRETÁRIO
ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA



“Goiânia tem se valido muito do IEL. Ao trabalhar com a internet e lançar novos serviços nessa área, mostra que está no rumo certo.”

SÉRGIO ANTÔNIO DE PAULA, SECRETÁRIO
MUNICIPAL DO TRABALHO



“O IEL Goiás é o IEL nota dez do Brasil.”

ANTÔNIO FÁBIO RIBEIRO, PRIMEIRO SUPERINTENDENTE
DO INSTITUTO GOIANO



“O IEL Goiás é referência em atender à demanda da indústria local.”

CARLOS CAVALCANTE, SUPERINTENDENTE DO
IEL NÚCLEO CENTRAL

IEL chega a São Paulo

Com duas unidades em Goiânia e cinco no interior - Anápolis, Catalão, Luziânia, Itumbiara e Rio Verde, que descentralizam as atividades em atendimento às demandas industriais dos principais polos produtivos do Estado -, o IEL goiano assumiu novos desafios e instalou, no ano passado, sua mais nova unidade, em Campinas-SP, região de economia ativa, que concentra grande parcela da indústria e, conseqüentemente, de estudantes em busca de oportunidades de estágio.

“Inaugurado em agosto do ano passado, o escritório é uma extensão dos serviços do IEL, especialmente no campo do estágio, e apoio ao Núcleo Central do instituto”, comenta Paranhos. Ele lembra que nesses 40 anos o IEL goiano já colocou mais de 150 mil estudantes em

empresas, via estágio.

Nos municípios goianos, soma-se ao Programa de Estágio a qualificação de empresas fornecedoras, parcerias com instituições de ensino e entidades de classe, implantação de fóruns de negócios, capacitação de empresários e profissionais por meio de cursos e treinamentos, pesquisas e gestão sindical. Em 2010, o IEL marca presença em mais de 100 municípios.

SERVIÇOS

Do seu programa mais tradicional, o estágio, o IEL veio assumindo desafios e responsabilidades junto à comunidade industrial e estudantil.

Atento às demandas da sociedade, baseadas na inovação e no conhecimen-

to, o instituto também se preparou para as mudanças e ampliou serviços. Em 2007 lançou o www.sitedoestagio.com.br, portal de gestão de todo processo do estágio para escolas, estudantes e empresas (oferta de vagas, recrutamento, cadastro de currículos). Em 2010, a ferramenta conta com mais de 90 mil alunos cadastrados, mais mil escolas e mais de 5 mil empresas conveniadas.

Ação móvel e articuladora de estágio, o IEL Itinerante percorre cidades goianas para criar oportunidades de o estudante se aproximar do mercado de trabalho, conhecendo e experimentando o cotidiano da profissão, a rotina do trabalho prático, por meio do estágio. Já foram percorridas 25 cidades, desde o segundo semestre do ano passado.

A comemoração

Para comemorar os resultados dos 40 anos do instituto e as novas ações/serviços, o presidente da Fieg e do Conselho do IEL Goiás, Paulo Afonso Ferreira, e o superintendente, Paulo Galeo Paranhos, reuniram representantes dos setores político, produtivo, educacional e da comunidade, em evento na Casa da Indústria, dia 26 de março.

Ao lembrar o processo de criação do instituto goiano, Antônio Fábio Ribeiro, seu primeiro superintendente, disse que o IEL preencheu todos os espaços, considerando as características de cada época. “Hoje, os avanços do IEL no aspecto da internet fazem desta unidade pioneira em inúmeros programas.”

O superintendente do núcleo central, Carlos Cavalcante, também avaliou positivamente o trabalho do IEL goiano. “O IEL Goiás tem sido um carro-chefe no lançamento de serviços que se repercutem pelo País.”

Na solenidade, a diretoria do IEL Goiás estendeu homenagens especiais às empresas Panarello e Unimed Goiânia pela excelência dos serviços prestados à comunidade e pela força que representam à indústria do Estado.

40 anos em números

- Estágio: 154.384 alunos colocados
- Consultoria: 813 empresas atendidas
- Contribui com as organizações para que possam ter mais competitividade e corresponder às necessidades mercadológicas.
- Pesquisa: 357 realizadas

Os estudos e pesquisas desenvolvidos fornecem informações estratégicas relevantes ao processo de tomada de decisão de indústrias, comércio, serviços, escolas, governo, instituições e entidades de classe.



Qualificação para NEGÓCIOS

Empresas adotam gestão forte e processos focados na qualidade e competitividade

■ Célia Oliveira, de Luziânia

Após exatos 12 meses de treinamentos, seminários, consultorias e auditorias, 34 fornecedoras de produtos e/ou serviços de Luziânia, no Entorno do Distrito Federal, concluíram o Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), desenvolvido pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), sob indicação de cinco empresas compradoras (Qualimáxima, Asa Alimentos, Moto & Cia, Suporte e Brasfrigo). De pequeno e médio porte, as empresas concluintes, além de atender ao mercado da região, estão aptas a conquistar outros espaços, fornecendo a grandes grupos empresariais.

A Tecron, que produz concreto e pré-fabricados, é uma delas. De acordo com o diretor Ronailton Nolasco, grandes mudanças foram

notadas nos aspectos operacional e profissional. “Tivemos crescimento de 520% de pessoal e oportunidade de novos negócios e produtos que margeiam um avanço de quase 1.000% em toda a empresa.”

Transformação resume, segundo Karin Soares, diretora da Karin Corretora de Seguros, todo o arcabouço de objetivos do programa. “Uma transformação de dentro para fora, envolvente, propulsora e preparatória para um futuro bem próximo”, acrescenta.

Ao reunir os fornecedores para a qualificação, as indústrias assumem a valorização dos recursos internos e garantem a política do ganha-ganha na cadeia produtiva, ao adquirir bens ou serviços nas regiões onde estão localizadas. Desenvolver fornecedores à altura dos negócios de determinada indústria não é tarefa fácil, avalia o diretor industrial da Brasfrigo,



Bruini, da Brasfrigo: “A expectativa é de que todos ganhem”

Geraldo Bruini. Integrante do comitê gestor do PQF em Luziânia, a Brasfrigo decidiu participar do programa, por saber do peso que tem um parque de fornecedores bem formado e dotado da capacidade de bom atendimento e serviços. “Estamos satisfeitos e a expectativa é de que todos ganhem”, reforça Bruini.

À época do lançamento do PQF, em abril do ano passado, a diretora da Asa Alimentos, Kátia Amorim, apostava no programa para cortar caminhos, definir uma logística, criar motivação e agilizar a produção da empresa, que atua na criação, no abate e na industrialização de aves, suínos e ovinos. Com a certificação dos fornecedores, ela afirma estabelecer uma relação de maior proximidade com seus fornecedores e reduzir custos de logística. “Vimos o desenvolvimento local”, atesta Kátia.

O papel das parcerias

Os benefícios do PQF abrangem três atores – os fornecedores, as indústrias e a administração municipal. Neste sentido, o setor público teve especial participação na viabilização do PQF em Luziânia. O Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO) e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), subsidiou o desenvolvimento e a qualificação dos 34 fornecedores, com contrapartida do IEL Goiás e da prefeitura municipal.

No ano passado, com a assinatura de convênios entre o ministério, a prefeitura e o IEL, o então coordenador geral da Ride, Carlos Henrique Menezes Sobral, ratificou opinião acerca do programa. “Para nós, da

Ride/Ministério da Integração, é uma felicidade chegar a este ponto. De primeira vista me apaixonei pelo PQF. Não tenho dúvida nenhuma quanto ao sucesso do programa.”

Atualmente, secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Sobral reconhece que a parceria com o IEL Goiás para o programa assegura a boa aplicação dos R\$ 400 mil que o Ministério da Integração destinou à qualificação dos fornecedores de Luziânia. Para o prefeito Célio da Silveira, contar com 34 fornecedores qualificados, tendo como parâmetros requisitos de qualidade internacional, significa muito para Luziânia. Segundo ele, tudo o que se propõe a fazer e a aperfeiçoar produz resultados positivos e “isso traz desenvolvimento econômico.”



Sobral: paixão à primeira vista pela qualificação de fornecedores

As empresas concluintes

- Futura Tecnologia em Cursos
- Arco Iris Forro de Gesso
- Auto Posto D'Terra
- Auto Posto G3 Ltda.
- Santos Auto Peças
- Bokos Embalagens
- Byte Tec Informática e Copiadora
- Cantinho do Bicho Ltda.
- Esqualuz Materiais para Construção Ltda.
- Essencial Sinalização Visual
- ABC Papelaria
- Frigorífico Qualimáxima
- Goiás Diesel Comércio de Peças Ltda.
- Hipermercado D'Terra
- Interdivisórias Ltda.
- Corumbá Plaza Hotel
- Karin Corretora de Seguros
- LAB Vida Laboratório de Análises
- Clínicas
- Laboratório Santa Maria
- Líder Materiais de Construção Ltda.
- Eletronava
- Marlon Dias Soluções Energética Ltda.
- Drogeria São Miguel
- Moto e Companhia
- Nova Clínica Médica e Diagnóstico Ltda.
- Papelaria e Aviamentos Raquel e Cia.
- Porto do Vale
- Pinheiro Reis e Queiroz Advogados e
- Consultores
- Reparauto - Recuperadora de Veículos Luziânia
- Polar Tintas
- Solartec - Energia Solar e Piscinas
- Tecron Tecnologia em Concretos
- Pré- Fabricados
- Uselimp
- Wisner Ferreira Netto Júnior - Me

COMO TUDO COMEÇOU

O PQF, coordenado pelo Instituto Eivaldo Lodi (IEL Goiás), foi viabilizado na cidade com a assinatura de convênio entre Ministério da Integração Nacional/SCO/Ride, prefeitura e Fieg/IEL Goiás, no dia 15 de abril do ano 2009.

Tudo o que foi desenvolvido junto às empresas fornecedoras, neste período, melhor as preparou na utilização de ferramentas de gestão que interferem diretamente na produção e negociação de produtos, ser-

viços e bens de acordo com a demanda de grandes compradoras, por meio de um processo de capacitação e avaliação mediante critérios pré-estabelecidos.

O processo do PQF em Luziânia teve início dois anos antes, em 2007, com o Levantamento de Compras realizado pelo IEL Goiás em quatro grandes indústrias do município que se dispuseram a prestar informações sobre o que, onde e em que volume compravam.

O estudo revelou que o município perdia quase todas as riquezas geradas pela relação de compra e venda, entre a indústria demandante e os fornecedores de produtos e/ou serviços. O resultado do levantamento mostrou que o porcentual de aquisição de produtos e/ou serviços dos fornecedores locais, por parte das indústrias, era de apenas 3% e sinalizou também que essa relação comercial carecia de ações para ser ampliada e evitar a migração de riquezas.

Linha direta com a CHINA?

Goiás negocia com chineses a produção de soja ao longo da Ferrovia Norte-Sul e sua exportação direta para aquele mercado

Depois de longos dez anos de aproximação, goianos e chineses, com a intermediação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e apoio do governo estadual, decidiram criar um grupo de trabalho para aprofundar os estudos de viabilidade técnica e econômica para expansão do plantio de soja no Estado.

“Só a Sanhe Hopefull Grain & Oil Group, do setor privado, demonstrou interesse em ampliar suas compras de soja em 3 milhões de toneladas”, afirma Wilson de Oliveira, segundo vice-presidente da Fieg e dono da Café Rancheiro, que participou da missão comercial que percorreu Xangai, Pequim e Hong Kong entre 7 e 16 de abril. Formada por outras duas dezenas de técnicos, empresários, produtores rurais e representantes dos setores públicos estadual e federal, a missão teve caráter mais técnico do

que as outras duas que a precederam, com foco na realização de negócios.

A China continua a demonstrar apetite voraz por recursos naturais e alimentos e baixíssimo interesse em abrir seu mercado a produtos manufaturados e de maior valor agregado. “Vamos começar a pressionar para que pelo menos uma parte de industrialização da soja aconteça em Goiás”, adianta Oliveira.

A estatal COFCO Limited, um dos maiores traders chineses na área de grãos, com negócios que se estendem à bioenergia e bioquímica, alimentos processados e imóveis, turismo e finanças, foi uma das três empresas visitadas pela missão, que manteve contatos ainda com a Sanhe Hopefull e com a gigante estatal China National Agricultural Development Group Corporation (CNADC), que opera em mais de 50 países, com negócios nas áreas de fertilizantes, adubos, vacinas, logística e produção agrícola. O modelo de

negócio em discussão excluiria as tradicionais tradings, que atualmente respondem por boa parte da comercialização e do financiamento das safras de soja no Brasil. “Estudamos a possibilidade de trocar soja por fertilizantes e defensivos, como o glifosato produzido na China”, diz Oliveira.

Essa negociação deverá transcorrer no âmbito de um projeto mais amplo, alimentado pelo governo estadual, de incluir os chineses na criação e no financiamento do Fundo de Investimentos e Negócios, que prevê a produção de 6 milhões de toneladas de soja na área de influência da Ferrovia Norte-Sul. O projeto estadual, elaborado com apoio do Instituto ProEconomia, prevê investimentos de R\$ 2,160 bilhões em indústrias de soja, mais R\$ 2,058 bilhões para custeio das lavouras, R\$ 500 milhões para infraestrutura (energia elétrica) e R\$ 300 milhões para recuperação de rodovias, somando R\$ 5,018 bilhões.



Obras na Ferrovia Norte-Sul: projeto para produção de 6 milhões de toneladas de soja destinadas à China

A retomada dos investimentos

Setor mineral poderá investir US\$ 2,5 bilhões até 2014 em Goiás, um avanço de 79% em relação aos cinco anos anteriores

O processo de retomada da economia doméstica e as perspectivas de recuperação do mercado global, ainda sujeito a chuvas e trovoadas, motivaram o setor de mineração a retomar projetos desacelerados ou paralisados durante a crise e a dedicar atenção renovada a estudos com vistas à instalação de novas minas e plantas industriais no Estado. Num levantamento ainda sujeito a atualizações, a Câmara Setorial de Mineração da Federação das Indústrias de Goiás (Casmin) identificou potencial para investimentos na faixa de US\$ 2,52 bilhões entre 2010 e 2014, concentrados especialmente na exploração de níquel.

Se confirmados, esses valores corresponderiam a desembolso anual médio de US\$ 504 milhões, o que corresponderia a um salto de 79% em relação aos investimentos realizados nos cinco anos anteriores. Entre 2005 e 2009, a indústria mineral destinou a Goiás perto de US\$ 1,41 bilhão, com média anual de US\$ 281,6 milhões. O impacto para a economia, no entanto, pode ter dimensões mais amplas, lembra o presidente da câmara, o geólogo Luiz Antônio Vessani.

A atividade mineradora, lembra ele, exige muita pesquisa, estudos e análises, o que significa a contratação de serviços de engenheiros, projetistas, consultores, entre outros. Adicionalmente, prossegue Vessani, além da área de serviços, pode-se projetar forte impacto nos setores agrícola, de logística e de tecnologia. Caso os investimentos previstos se realizem efetivamente, arrisca Vessani, “é possível dobrarmos o PIB (Produto Interno Bruto) do Estado nos próximos cinco anos.”

As projeções podem ser mesmo ligeiramente mais favoráveis do que apontam o



Investimentos em mineração podem dobrar PIB do Estado em cinco anos, na previsão da Casmin

levantamento da Casmin, que ainda não inclui, num exemplo, investimentos de quase US\$ 290 milhões programados pela Mineração Serra Grande entre 2010 e 2013, e outros US\$ 267,1 milhões que o grupo Anglo American deverá destinar às plantas da Mineração Catalão, que produz nióbio, e

da Copebrás, produtora de fosfato no polo Catalão/Ouvidor. Somente com esses acréscimos, o volume total de investimentos em mineração poderia atingir praticamente US\$ 3,1 bilhões entre este ano e 2014, mais do que dobrando frente aos cinco anos imediatamente anteriores.

Novos polos minerais

■ Pelo menos 86,5% dos investimentos previstos até 2014, no valor de US\$ 2,18 bilhões, deverão favorecer a exploração de níquel em Goiás, com destaque para os projetos da Anglo American em Barro Alto (US\$ 700 milhões), Votorantim (US\$ 400 milhões em Montes Claros e US\$ 80 milhões em Niquelândia), Companhia Vale do Rio Doce (US\$ 500 milhões previstos para Santa Fé de Goiás) e Tech Cominco (outros US\$ 500 milhões para Iporá). Esses dois últimos projetos apresentam potencial semelhante ao de Barro Alto, onde a Anglo investirá, no total, US\$ 1,8 bilhão. Os investimentos restantes serão aplicados em bauxita, cobre, ouro, pirita, calcário, cal, fosfato, amianto, argila, estanho e fluorita.

Os recursos previstos deverão consolidar três novos polos minerais em Goiás, afirma Luiz Antônio Vessani, interiorizando o crescimento e levando educação e capacitação profissional, por meio do Senai Goiás. Mais da metade dos investimentos, num valor aproximado de US\$ 1,40 bilhão, irão para o oeste goiano (Iporá, Montes Claros e Santa Fé), enquanto a região de Barro Alto e Niquelândia, incluindo Goianésia, receberá um terço dos recursos. Um terceiro polo está surgindo no Nordeste goiano, com a exploração de estanho, fosfato e ouro, associado ao manganês.



De Simoni: investimento de US\$ 1,8 bilhão será concluído em 2011

Níquel, ouro e amianto

Até março deste ano, a Anglo American já havia despejado em torno de US\$ 1,3 bilhão no projeto que instala em Barro Alto, com produção prevista de 36 mil toneladas de níquel contido em ferroníquel, num investimento total de US\$ 1,8 bilhão a ser concluído em 2011. Apenas neste ano, afirma Walter De Simoni, presidente da unidade níquel do grupo, serão investidos US\$ 540 milhões.

O minério começará a ser extraído em dezembro, mas a primeira linha de produção entra em operação comercial em janeiro do próximo ano. Na sequência, já em março, a Anglo inicia a produção da segunda linha. Até o momento, afirma De Simoni, 85% do projeto de Barro Alto já estão prontos. Além do níquel, a Anglo tem planos de investir, também até 2014, outros US\$ 211,9 milhões na produção de nióbio (Mineração Catalão) e fosfato (Copebrás), no polo Catalão/Ouvidor, além de US\$ 55,2 milhões na planta industrial de Niquelândia. Esses ativos serão vendidos pelo grupo.

A Mineração Serra Grande, uma joint-venture resultante da associação entre a AngloGold Ashanti e a canadense Kinross, que concentra suas operações em Crixás, no Norte goiano, onde explora ouro em quatro minas, programa investimentos de US\$ 10 milhões por ano entre 2010 e 2013, apenas em pesquisas e sondagens de novas ocorrências. O complexo de minas e a usina de Crixás receberão, ainda, investimento de US\$ 250 milhões nos próximos quatro anos, destinados a manutenção e melhorias no processo produtivo, segundo Carlos Cordeiro, gerente de sustentabilidade da mineradora. Para este ano, a Mineração Serra Grande espera produzir 10% a mais, num total de 5,5 toneladas de ouro, projetando faturamento de R\$ 327,0 milhões (quase 6% acima dos R\$ 309,0 milhões registrados em 2009).

A Sama, por sua vez, anuncia investimentos de R\$ 16 milhões em 2010, para manutenção e atualização de seu parque industrial em Minaçu, ampliando a produção de 288,5



Cordeiro: produção deverá crescer em torno de 10% neste ano

mil em 2009, quando faturou R\$ 326 milhões, para 295,0 mil toneladas neste ano. Outros R\$ 25 milhões poderão ser investidos mais à frente, adianta Wagner Ventura Calvo, gerente administrativo financeiro da empresa, desde que se tenha maior clareza jurídica sobre o futuro do amianto no País.

É justo que se peça ao governo do Estado, por exemplo, a viabilização de uma secretaria específica para o setor



Luiz Antônio Vessani

Diretor-Presidente da Edem Desenvolvimento em Mineração e presidente da Câmara Setorial de Mineração da Fieg

Propostas e desafios na mineração

O setor da mineração em Goiás está com o olho no futuro. Confiante na potencialidade do Estado e seguro dos seus passos – a despeito dos entraves e dos embaraços de toda sorte –, larga neste ano de 2010 com a perspectiva ousada de um investimento bilionário nesses próximos cinco anos – 2 bilhões e meio de dólares, ou algo como 4 bilhões e meio de reais. E com foco duplo, ou seja, produzir em larga escala e formar e qualificar mão de obra na dimensão desse vasto cenário econômico.

Não vamos atuar limitadamente. Ao contrário. Os investimentos projetados se direcionam para os campos de jazidas de níquel, nióbio, cobre, ouro, calcário, cal, fosfato, amianto, brita, areia e cerâmica. São investimentos a se espalharem pelo Estado todo, projetando ganhos variados para todas as regiões goianas. Se há o crescimento, há o progresso. E, agora, com o foco também na educação, pois o que está projetado contempla ações nessa área, por meio de programas a serem formatados e executados pelo Sesi/Senai. Não é para faltar recursos para essa providência de alta importância. Não faltarão, pois este é um projeto que olha para a frente.

Com essa postura propositiva, o setor da mineração em Goiás espera das autoridades públicas bem mais do que vem tendo. Aos alertas seguidos sobre as condições ainda ineficientes da

infraestrutura, somam-se renovados apelos pelo desembaraço das ações, com a redução da burocracia que tanto penaliza o setor produtivo, de que um exemplo gritante é o engessamento no processo de busca do licenciamento ambiental. É grave a situação ao ponto de colocar o setor produtivo sob o risco de um colapso, pois se a licença ambiental não sai – e muito por conta da lentidão das esferas que decidem a questão – reduz-se a oferta de matéria-prima e a maturação dos novos projetos. Nesse ponto, já se trabalha no limite em Goiás. Por que não se sensibilizar diante de uma situação dessas?

Os US\$ 2,5 bilhões projetados para investimentos pelo setor da mineração nos próximos cinco anos – repito –, têm como foco a ampliação das áreas de exploração das empresas, mas, também, a especialização da mão de obra. Ou seja: as empresas estão fazendo por elas e pelo setor social. É justo, portanto, que se peça ao governo do Estado, por exemplo, a viabilização de uma secretaria específica para o setor. E, sobretudo, para que o Estado contribua nesse campo essencial que é a desburocratização do processo de licenciamento ambiental.

Mas falemos de outro aspecto igualmente importante, que é a formação e qualificação de mão de obra. Por meio de parceria com o Senai, parte dos investimentos agora projetados deve ser destinada à realização de cursos



profissionalizantes. A intenção é capacitar e contratar profissionais das áreas circunvizinhas às instalações mineradoras. Durante esses cinco anos de investimentos devem ser gerados 53 mil empregos pelo setor, que devem ajudar a minimizar o déficit social observado em muitas áreas de exploração. Trabalhado assim, com o foco no incremento da produção e atento para aspectos que se associam à perspectiva de êxito nos negócios, como é o investimento na formação e qualificação de mão de obra, o setor da mineração em Goiás, com certeza, está dando um novo salto. Vamos



Mitsubishi investe para dobrar a capacidade da fábrica em Catalão, incorporando pelo menos duas novas linhas de veículos

Com faturamento anual na casa dos R\$ 4 bilhões, a Mitsubishi Motors Company do Brasil (MMCB) prepara-se para dobrar a capacidade de produção de sua fábrica em Catalão, inaugurada em 1998. A expectativa é de investir perto de R\$ 800 milhões nos próximos cinco anos. O grupo, que atualmente monta cerca de 48 mil unidades por ano em um turno de trabalho, pretende incorporar pelo menos duas novas plataformas, passando a produzir no País o utilitário esportivo Pajero Dakkar e o veículo de passeio Lancer. A expansão da unidade deverá gerar oportunidade de emprego para mais mil trabalhadores, aproximando o total de empregados na indústria para quase 4 mil, dos quais 80% da própria região de Catalão.

Para acomodar as novas linhas, a capacidade instalada saltará para 100 mil veículos por ano, com a incorporação de mais 32 mil metros quadrados de área construída, incluindo uma nova linha de pintura. O Pajero Dakkar deverá ser o primeiro modelo a entrar em produção, com início previsto para o primeiro semestre de 2011. O contrato com a Mitsubishi japonesa, que não tem participação na MMCB, prevê ainda a fabricação de outros modelos, abrindo a possibilidade de implantação de uma plataforma para veículos elétricos, futuramente.



Ferrari e seus produtos: Bota Goyazes alcança crescimento de 30% no primeiro trimestre

Botas de arraia, elefante e até tubarão

Há cinco anos, a Botas Goyazes, instalada no polo calçadista de Goianira, na região metropolitana de Goiânia, decidiu trilhar caminhos mais arrojados para explorar nichos do mercado de calçados que prometem resultados igualmente mais ambiciosos. A empresa resolveu apostar na produção de botas com couros exóticos e design diferenciado, agregando a suas linhas peles de jacaré, cobra, elefante, arraia e até tubarão, entre outras. “Só trabalhamos com couro legalizado e com certificação de origem re-

conhecida pelos órgãos ambientais”, declara Flávio Ferrari, dono da indústria.

A empresa, que emprega diretamente perto de 70 trabalhadores e produz 200 pares por dia, mantém uma rede de representantes que cobre todos os Estados do País, mercado que absorve em torno de 95% da produção. Os 5% restantes, diz Ferrari, são exportados para países da América do Sul e da Europa. Para este ano, a empresa havia previsto crescimento de 20%, mas o avanço já chegou a 30%.



Inauguração da indústria, em 1984: Comigo enfrentou resistência do sistema financeiro

A REVOLUÇÃO no Sudoeste

Primeira planta de soja do Estado antecipou em uma década a industrialização no Centro-Oeste

A soja havia apenas iniciado sua escalada em áreas de Cerrado, ainda em 1980, quando a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo) decidiu, em assembleia geral, investir na instalação da primeira indústria de processamento de soja do Centro-Oeste. Foi um passo ousado, lembra o atual presidente da cooperativa, Antônio Chavaglia, já que o “sistema financeiro não concebia a construção de uma indústria numa região que mal produzia soja”.

Mas a Comigo tinha essa visão estratégica e, pensando no longo prazo, colocou de pé sua indústria entre 1982 e 1983, com recursos próprios e financiamento do antigo Banco

Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). A planta, com capacidade inicial para 600 toneladas por dia, operou durante apenas três a quatro meses em seu primeiro ano, mas já em 1984 operava a velocidade de cruzeiro e foi fundamental para alavancar a produção no sudoeste do Estado, avalia Chavaglia.

“O produtor era obrigado a levar a soja para São Paulo e era muito mal remunerado. Com o início da indústria, houve um acréscimo em torno de dois a três dólares por saca no preço pago ao agricultor”, recorda-se Chavaglia, que desde aquela época fazia parte da direção da cooperativa. Segundo ele, o investimento “antecipou em 10 anos

o processo de industrialização da soja no Centro-Oeste”. A produção de soja no Estado, que chegou a 576 mil toneladas na safra 1981/1982, representava 4,5% da colheita brasileira, participação que já havia saltado para quase 7% em 1984/1985 e atingiu, neste ano, 11,2%.

A primeira indústria de soja da Comigo esmaga atualmente mil toneladas de grão por dia, mas a capacidade total da cooperativa atinge perto de 3,5 mil toneladas diárias, graças à nova planta instalada em 2004. A cooperativa analisa a possibilidade de ampliar a antiga unidade para 1,5 mil toneladas por dia.



Chavaglia: Chavaglia: “O produtor era obrigado a levar a soja para São Paulo e era muito mal remunerado”

GIGANTE

III A Red & White IT Solutions (RW), indústria de software do Grupo José Alves que reina entre os maiores do ICMS, comemora o faturamento de 10 milhões de dólares com a abertura de duas filiais no Nordeste. Com um time de novos executivos, a empresa goiana marcou presença em encontro nacional do Grupo das Áreas de Tecnologia das Usinas de Açúcar, Álcool e Energia (Gatua), em Maceió (AL). Com menos de dois anos de fundação, a RW transferiu sua sede para o Centro de Goiânia e insere-se no Programa Estação Digital, de incentivo fiscal, criado em 2007 dentro de proposta de revitalização urbana. Seu presidente, José Alves Filho, impõe-se como peça importante no campo da TI brasileira.

NA CORTE

III Mirley Freire Fernandes e a filha Simone são só orgulho com a M. Metais. A empresa acaba de fornecer nova remessa de puxadores para móveis do Palácio do Planalto, que passa por restauração. A dupla adorou o convite para integrar o projeto de reforma da construção que se destaca como uma das pérolas de Oscar Niemeyer em todo o mundo. Mais um feito para marcar a trajetória de 15 anos da indústria goiana. Simone e o marido, Rodrigo Ludovico, estão radiantes com a chegada de Gustavo, o terceiro filho do casal.



JULIANA PAES, A ESTRELA DA BORGES LANDEIRO

III Com a presença de Juliana Paes (foto), a construtora e incorporadora Borges Landeiro lançou em Goiânia sua nova campanha publicitária – que tem a atriz como estrela –, com festa para mil convidados, dia 15 de abril. O evento também marcou o lançamento da 2ª etapa do empreendimento Tropicale, o maior investimento da empresa na capital goiana, na ordem de R\$ 260 milhões.

DIA MUNDIAL DO LIVRO

III O Desperta Goiás é a nova “menina dos olhos” do empresário Antônio Almeida, que se dedica ao projeto criado para promover o hábito da leitura. No Dia Mundial do Livro (23 de abril), o presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego) integrou um grupo de pessoas, entre escritores e voluntários, que entregaram 1,4 mil livros a frequentadores de parques como Vaca Brava e Flamboyant. Além de bancos de praças e pontos de ônibus, outros locais de doações serão bibliotecas públicas.



QUERIDOS

III Em seu último mandato, o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, e a mulher, Solange, foram prestigiados por amigos num almoço dia 17 de abril, aniversário dela. Amigos do casal se divertiram num encontro descontraído, embalado pelo violonista João Garoto e seu grupo de choro e samba.

LEITE

!!! Cesar Helou está rindo para as paredes com seu novo projeto, o recém-inaugurado Piracanjuba Pró-Campo, Programa de Apoio Técnico ao Produtor de Leite Piracanjuba, que com pouco mais de um mês de funcionamento já formou mais de 50 pessoas. Segundo a veterinária Vanessa Bueno, a meta para este ano é que mais de 500 pessoas passem pela fazenda-modelo, em Bela Vista de Goiás, em treinamentos de rotina e de inseminação, dias de campo e discussões técnicas. Felismino Rodrigues da Cruz foi um dos pecuaristas que levou sua equipe para conferir o programa de assistência técnica gerencial criado para aumentar a renda e a lucratividade do produtor de leite.

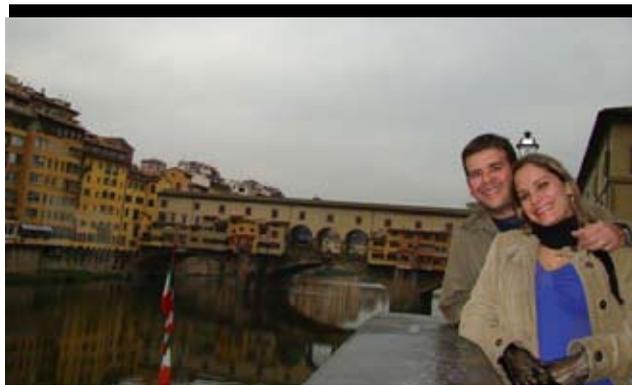
TALENTO

!!! Paulista de nascimento e goiana de coração, Cleide Pina (Metalforte) resolveu explorar sua verve cantora e estreou em palcos da capital (Goiânia Ouro e Bolshoi Pub) show de lançamento do primeiro CD, com canções de bossa-nova, blues e jazz (foto).



OTIMISMO

!!! O empresário Wilson Oliveira (Café Rancheiro), presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis, é só otimismo. Ele foi um dos integrantes da missão à China, onde visualizou boas perspectivas para a concretização de intercâmbios comerciais. Para o empresário, vários segmentos econômicos de Goiás devem lucrar com novas oportunidades de negócios em transações exteriores em 2010.



RELAX

!!! Os empresários Ricardo Montes e Cristiane Loconte (foto), leia-se Gráfica Amazonas, chegaram de um cruzeiro pela Europa e já embarcaram para Buenos Aires, onde vão curtir o feriado da Padroeira de Goiânia. Eles comemoram aniversário de cinco anos de casamento. Na viagem, também recarregam as baterias para outra empreitada que já começa ainda neste semestre: a construção da nova sede de seu parque gráfico em Aparecida de Goiânia.

HOMENAGEM

!!! Embalado com solo de violino e banda de jazz, o jantar que marcou os 40 anos do Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) reuniu veteranos da entidade, no mês passado. O presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, homenageou diretores e ex-diretores como Antônio Fábio Ribeiro, Paulo Vargas e Paulo Galeno, que trazem no currículo história de décadas de dedicação ao envio de profissionais ao mercado de trabalho.

Sigego

Comenda Mauro Borges

O presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego), Antônio de Sousa Almeida, recebeu, no dia 16 de março, a Comenda da Ordem do Mérito Mauro Borges Teixeira, no Grau Grande Oficial. Foram homenageadas, durante a posse do Conselho Superior do Sistema de Gestão de Aquisições e Contratações Governamentais do Estado de Goiás, em ato realizado no auditório do Tribunal de Justiça, personalidades do Estado que contribuíram de forma decisiva para a efetivação de melhores práticas de gestão pública e para a modernização da administração no Estado.

Feira internacional

Uma caravana formada por representantes do Sigego e do Senai Goiás, que ofereceram ônibus para transporte dos associados, participou, entre os dias 22 e 26 de março, no Parque de Exposição do Anhembi, em São Paulo (SP), da 20ª Feira Internacional de Papel e Indústria Gráfica (Fiepag 2010). Realizada desde 1967, a feira tornou-se um dos principais centros de negócios e de atualização profissional do setor gráfico. O evento integrou a Semana Internacional da Embalagem, Impressão e Logística, que inclui ainda as feiras internacionais de embalagem, flexografia, serigrafia e impressão digital, além do Salão Embala Inovação. Mais de 700 expositores de 25 países e perto de 30 mil investidores participaram da semana.

Abertura de safra

Os presidentes da Fieg, Paulo Afonso, e do Sifaeg, André Rocha, participaram, no último dia 29 de março, juntamente com o então ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, da abertura nacional da safra de cana-de-açúcar (foto), pela primeira vez realizada em Goiás. A solenidade oficial aconteceu na Usina São Francisco, em Quirinópolis, controlada pelo grupo USJ. As previsões do Sifaeg para a safra 2010/2011, já em andamento, apontam a colheita de 48 milhões de toneladas em Goiás, num avanço de 20% em relação à safra passada, e a produção de 28 bilhões de litros de etanol (33% a mais) e de 1,8 milhão de toneladas de açúcar (mais 30%).



Marcos Vinicius



Sindtrigo

Parceria e autosuficiência

O Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste (Sindtrigo), a Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg) e a Secretaria Estadual de Agricultura, em parceria, decidiram constituir o Comitê Brasil Central, um fórum permanente para debater formas de estimular o cultivo de trigo no Cerrado e incentivar o Estado a se tornar autosuficiente na produção do cereal. “A produção de trigo ainda não é suficiente para atender as grandes indústrias locais. Queremos alcançar a autosuficiência nos próximos anos para, mais à frente, transformar o Estado em exportador do grão”, afirma André Lavor Pagels Barbosa, presidente do Sindtrigo.

ACIA



Economista homenageado

A Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) homenageou, no dia 7 de abril passado, o economista Reinaldo Fonseca, da Fieg. Uma placa de reconhecimento foi entregue a ele pelo presidente da entidade, Ubiratan da Silva Lopes (foto), e por outras lideranças classistas presentes na reunião, dentre elas o presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás (Facieg), Deocleciano Moreira Alves; o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), Álvaro Otávio Dantas Mais; e o coordenador do Núcleo Regional da Fieg, Gilson Teixeira do Amaral Brito.

Simea Tucson e empregos

O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simea), Robson Peixoto Braga, comemora o anúncio feito pelo superintendente do Grupo Caoa/Hyundai, Akira Yoshikawa, de que a montadora, sediada no Distrito Agroindustrial, já iniciou a produção em escala comercial do modelo Tucson. Segundo Akira Yoshikawa (foto), a estimativa é de produção de 3 mil unidades por mês do veículo. Além disso, a montadora mantém a linha de produção do caminhão leve HR, com cerca de 15 mil unidades/mês. Segundo a empresa, 550 trabalhadores foram recrutados e a previsão é de que outros 550 serão contratados até julho.



Sinprocimento Capacitação de lideranças

Numa iniciativa do Sindicato das Indústrias de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocimento), em parceria com o Senai Goiás, o curso de Capacitação de Líderes de Processos Produtivos, com carga horária de 190 horas e duração aproximada de cinco meses, será iniciado em maio. O programa inclui temas como Empresa e suas Políticas, Formação de liderança, Gestão de Pessoas e de Produção, Competências Complementares e Técnicas/Específicas.

Sinduscon-GO Gestão municipal

No dia 15 de abril, foi realizado o 2º Encontro Sindicato da Indústria da Construção em Goiás (Sinduscon-GO) / Associação Goiana dos Municípios (AGM), reunindo prefeitos goianos no auditório do sindicato, em Goiânia. O programa de palestras englobou temas como captação de recursos para o setor público municipal, gestão urbana e qualidade de vida. Foram mostradas as experiências de Curitiba e de Senador Canedo. A pauta incluiu ainda resíduos sólidos, aterro sanitário, meio ambiente e outros assuntos, além da apresentação de um modelo de usina de reciclagem, triagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos.

Inovar de forma bem-sucedida, inclusive na educação, é agregar tecnologia e reforçar a competitividade



Paulo Fernandes Tigre

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Por uma educação inovadora

O acelerado avanço tecnológico nos processos produtivos, registrado no Rio Grande do Sul e no Brasil de maneira geral, reforça a importância de duas ferramentas cada vez mais imprescindíveis: a inovação e a qualificação. A aposta da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul no tema Inovar para Crescer contribuiu, entre outros avanços, para a aprovação da Lei Estadual de Inovação e do Pró-Inovação, um conjunto de ações cujo objetivo é estimular quem produz e quem se dedica à pesquisa. Em outras frentes, a Fiergs se empenha por mais qualificação a partir da ênfase a um ensino igualmente de qualidade e bem gerido. A prioridade clara a essas ferramentas de modernização ajuda a explicar a conquista de dez medalhas pelos representantes do Estado na mais recente edição da Olimpíada Nacional do Conhecimento. Quanto mais tecnologia é empregada nos processos produtivos, mais tendem a crescer a demanda e a exigência por mão de obra qualificada e capacitada. Ao mesmo tempo, cada vez mais os empresários se preocupam em incentivar jovens e adultos a valorizarem o estudo, pois essa é uma decisão que se reflete sobre a qualidade de seu trabalho e de suas vidas de maneira geral.

Os resultados da ênfase ao ensino voltado para o aprimoramento profissional só podem alcançar a eficácia pretendida se o público-alvo contar com uma base



adequada sob o ponto de vista da educação formal. Daí a relevância de iniciativas como os Cursos de Educação de Jovens e Adultos à Distância Sesi, tema de uma campanha de âmbito nacional. A alternativa é importante, entre outras razões, porque permite a trabalhadores e dependentes retomar ou iniciar atividades escolares, habilitando-se a partir daí a se aprimorar profissionalmente. A economia gaúcha vive hoje uma fase marcada pelo desenvolvimento de novos polos industriais em áreas como tecnologia,

setor naval, biocombustível e celulose, entre outros. É natural que, diante dessas novas frentes, quem atua na indústria se sinta mais motivado a alcançar desafios e a progredir em suas escolhas. Os gaúchos dispõem hoje de oito polos de educação básica para as últimas séries e também Ensino Médio. Simultaneamente, o Instituto Euvaldo Lodi cumpre o seu papel na formação de executivos e empresários. Entre as alternativas, incluem-se parcerias com instituições de ensino superior, que facilitam o acesso ao ambiente de pesquisa de alto nível acadêmico. A Fiergs mantém suas atenções focadas na educação também por meio da chamada Agenda 2020, que organiza e acompanha propostas concretas de interesse da sociedade. A intenção é contribuir para que seja encontrado um denominador comum entre as pretensões de todos os envolvidos com o tema, buscando sempre maior qualificação e melhor gerenciamento do ensino público. Nesta e em outras áreas, a entidade máxima da indústria gaúcha defende a importância de se inovar continuamente, rompendo com paradigmas e modificando processos em desacordo com as exigências atuais. Particularmente em empresas ou em atividades mais conservadoras, este pode ser o ponto mais desafiador das mudanças pretendidas. Inovar de forma bem-sucedida, inclusive na educação, é agregar tecnologia e reforçar a competitividade.



Especializada em
Cestas de Alimentos e Cestas de Natal

Aumente a produtividade de sua empresa.
Leve esse benefício aos seus colaboradores e ganhe em motivação e satisfação.



Empresa certificada



Televendas

(62) 3291 7791

www.cerradoalimentos.com.br

vendas@cerradoalimentos.com.br

NF - eletrônica

OBRIGATÓRIA, MAS FAZ BEM À SUA

EMPRESA!

Nota Fiscal Eletrônica é garantia de agilidade, segurança e economia.



SAN NFe-Free

Acesse agora mesmo o nosso site e faça a sua solicitação.

Sistema Gratuito para empresas que emitirem até 6 Notas Fiscais por mês.

Grátis até **6** notas por mês

Consulte as condições de fornecimento.

Soluções Modularizadas em Gestão Empresarial e Contábil.

Estoque | Faturamento de Produtos, Serviços, ECF, PDV, TEF | Nota Fiscal Eletrônica - NF-e | Controle Automático de Margem de Lucro Líquida | Gestão Financeira | Movimentação de Bancos e Caixas | Rotinas Específicas para Cooperativas | Rotinas Específicas para Prestadores de Serviços à Concessionárias de Energia Elétrica e Água | Controle de Produtos em Diversas Moedas | Integração Bancária | Folha de Pagamento | Escrita Fiscal | CIAP | Lucro Presumido | Contabilidade | Ativo Imobilizado e Depreciação | Lalur | SPED | Administrador de Escritório.



0800 646-8500

www.inforsystem.com





NA INDÚSTRIA, QUEM ESTUDA CRESCE.

OS CURSOS DO SESI LEVAM O
CONHECIMENTO ATÉ VOCÊ.
E VOCÊ PODE ESTAR EM CASA, NO
TRABALHO OU NA *LAN HOUSE*.

Horários de aulas flexíveis e programas de ensino adequados às suas necessidades. Assim são os cursos do SESI de capacitação e ensinamentos fundamental e médio para jovens e adultos. E o melhor: seja qual for o setor da indústria no qual você trabalha, o SESI está pronto para abrir as portas do conhecimento e aumentar ainda mais a sua qualificação profissional. Cursos do SESI. Aproveite essa chance de estudar no trabalho ou pela internet para poder crescer e aparecer.

Goiânia: 4002-6213
Demais localidades: 0800-642 1313



FIEG SESI

www.sesigo.org.br